



CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

**ATA N.º 1/2012
REUNIÃO ORDINÁRIA
DE 03-01-2012**

“Nos termos do art.º 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA - 03-01-2012-----

A reunião iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - João Albino Raínho Ataíde das Neves

VEREADORES

- Carlos Ângelo Ferreira Monteiro
- Maria Teresa de Figueiredo Viana Machado
- Daniel Martins dos Santos
- Luís Miguel Pereira de Almeida
- Maria Isabel Maranhã Nunes Tiago Cardoso
- João Armando Pereira Gonçalves
- António Joaquim Ribeiro da Silva Tavares
- Vítor Manuel Silva Guedes

ABERTURA DA REUNIÃO - Dez horas, deu-se início à reunião, sendo a mesma secretariada pela Coordenadora Técnica, Maria Margarida Madeira Valério de Mesquita.-----

O Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do art.º 86.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e pelas Declarações de Rectificação n.º 4/2002, de 6 de Fevereiro e n.º 9/2002, de 5 de Março, publicadas na I Série do Diário da República.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE

1 - INCLUSÃO DE PONTOS NA ORDEM DE TRABALHOS

O Presidente propôs que fosse incluído, por aditamento, na agenda de trabalhos desta reunião, a fim de a Câmara analisar e votar na altura própria, os seguintes assuntos:-----

- Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança - Início do procedimento ao abrigo dos Acordos Quadro;-----
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro - Nomeação de Administradora Não Executiva de empresa municipal sem remuneração; Dirigente intermédia de 1.º grau; Acumulação de gestor público.-----

A Câmara tomou conhecimento e, procedendo à votação, deliberou, por unanimidade, aprovar a inclusão dos referidos pontos na ordem de trabalhos.-----

2 - RETIRADA DE PONTO DA AGENDA DE TRABALHOS



- Requalificação da Envolvente do Forte de Santa Catarina e Porto de Recreio - adjudicação à empresa Ramos Catarino, S.A., pelo valor de 3.681.846,87 € + IVA. - **A Câmara tomou conhecimento e, procedendo à votação, deliberou, por unanimidade, retirar o referido ponto da ordem de trabalhos.**-----

3 - ARMAZÉNS DE LAVOS - CASA DAS ENGUIAS O GRAZINA E CASA DAS ENGUIAS MARQUINHAS - FESTIVAL DE ENGUIAS COM CRÍTICAS E BALANÇO POSITIVO (TÍTULO DE NOTÍCIA EM DIÁRIO AS BEIRAS DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011 - PÁG. 13 - MAS CUJA FOTOGRAFIA É DE 2010 E NÃO DE UMA SEMANA COMO PARECE)

O Presidente deu conhecimento que as Casas das Enguias "o Grazina" e "Marquinhas" apresentaram um pedido formal de desculpas à Junta de Freguesia de Lavos, à Câmara Municipal da Figueira da Foz e à Figueira Grande Turismo sobre a notícia que foi publicada no Diário As Beiras pelo Sr. Carlos Sousa, proprietário do Restaurante "O Carluz", sem o conhecimento deles. Proferiu que as duas Casas das Enguias desmentem tudo o que foi dito, reconhecendo e agradecendo todo o apoio que lhes foi dado por aquelas entidades.-----

O Presidente confirmou que, efetivamente, houve apoio logístico para o que lhes havia sido solicitado, ao contrário do que foi veiculado pelo Sr. Carlos Sousa, proprietário do Restaurante "O Carluz".-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

4 - MISERICÓRDIA - OBRA DA FIGUEIRA - CORPOS GERENTES 2012-2014

O Presidente fez saber que a Misericórdia - Obra da Figueira informou a Câmara Municipal, na sua comunicação n.º 394/11, de 09 de dezembro, registada sob o n.º 20678, em 15 do mesmo mês, que no passado dia 06 de dezembro foram eleitos os corpos gerentes daquela instituição para o triénio 2012-2014, cuja composição consta da lista anexa à sua carta.-----

Mais informou, que a referida instituição manifestou inteira disponibilidade para a cooperação que a Câmara Municipal entender necessária.-----

Finalizou, dizendo que, caso todos estejam de acordo, irá saudar à nova equipa.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, saudar os novos corpos gerentes da Misericórdia - Obra da Figueira.-----

5 - FESTAS DE FIM DE ANO

Relativamente aos festejos de fim de ano, o Presidente deu uma nota de satisfação e informou que foram atingidos os objectivos a que se tinham proposto, nomeadamente, na concentração de milhares de visitantes, reafirmando a Figueira da Foz como cidade anfitriã para este evento e já manifestamente



arraigada na tradição local e regional, comprovando que com poucos recursos, mantendo o fogo de artifício e alguma animação, se consegue satisfazer as necessidades daqueles que procuram a Figueira da Foz para festejar a passagem de ano.-----

O Vereador Miguel de Almeida referiu que a “Passagem de Ano” correu bem. Houve muita gente na Figueira e conseguiu-se alcançar o objetivo da entrada da Figueira da Foz para o “Guinness Book”. Do seu ponto de vista foi uma ideia original que conseguiu captar a tenção da televisão. Por outro lado, não correu bem o facto de as pessoas terem de deixar o carro a uma distância louca, quando têm um Parque de Estacionamento que foi feito exatamente para dar apoio às pessoas que querem estacionar para ir ao Bairro Novo e por causa dos eventos e não é para transformar aquele espaço num Parque de Campismo.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

INTERVENÇÃO DOS VEREADORES

INTERVENÇÃO DO VEREADOR MIGUEL DE ALMEIDA

6 – ALGUMAS PROPOSTAS APRESENTADAS EM 2010 PELOS VEREADORES ELEITOS PELO PPD/PSD, APROVADAS PELA CÂMARA E QUE AINDA NÃO FORAM IMPLEMENTADAS

O Vereador Miguel de Almeida tomou a palavra para lembrar o Executivo que as propostas apresentadas em 2010 pelos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD, embora aprovadas pelo Executivo, ainda não foram implementadas, deixando ao Presidente o documento que se transcreve:-----

“Algumas propostas apresentadas, em 2010, pelos vereadores eleitos pelo PPD/PSD, que apesar de terem sido aprovadas, em sede de câmara, não foram implementadas.

– Preferência pelo recurso à utilização de materiais resultantes de reciclagem (16 de Março de 2010)-----

Na definição dos critérios para a adjudicação de empreitadas de obras públicas, aquisição de serviços e aquisição de bens, e nos termos dos artigos 74.º e 75.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, será sempre majorada a contribuição específica de cada proposta para uma adequada gestão dos resíduos, e, ou, pela incorporação do mais elevado grau de reutilização ou de reciclagem de materiais e de substâncias.-----

– Adesão do município à rede de “Cidades Amigas das Crianças ” (1 Junho de 2010)

Que o município encete contactos de forma a fazer aderir a Figueira da Foz à Iniciativa Cidades Amigas das Crianças (nomeadamente com o Secretariado do Programa, com o Ministério do Trabalho e da Segurança Social, com o Comité



Português da UNICEF e com outras cidades aderentes).-----

Que seja constituído uma equipa de trabalho interdisciplinar, coordenada por um técnico do Departamento de Cultura, Educação e Acção Social, que conceba um projecto de concretização do Programa, a ser aprovado durante Setembro de 2010

Que, como forma de qualificar a implementação do projecto, seja equacionada a participação de técnicos da CMFF na Conferência "Child in the City", a realizar em Florença, de 27 a 29 de Outubro de 2010.-----

Que o projecto seja lançado definitivamente no dia 20 de Novembro de 2010, data que a ONU consagra como Dia Universal das Crianças-----

- Requalificação do Património Ecológico, Estético, Paisagístico, Educacional e Recreativo da Lagoa da Vela (18 de Maio de 2010).-----

Deve a Câmara Municipal convidar a Junta de Freguesia, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a Autoridade Florestal, o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade o INAG - Instituto da Água I.P. e as Universidades, a desenvolver um processo conjunto.-----

A reabilitação dos ecossistemas degradados, a conservação dos valores naturais e acima de tudo a educação e a sensibilização especialmente das pessoas que possuem terrenos circundantes, alertando-as para a importância da preservação da lagoa.-----

Apresentação de uma candidatura ao QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional em que a componente nacional deverá ser assumida não só pela Câmara Municipal, mas também pelos outros parceiros.-----

- Dignidade no Mausoléu de António Sotero (13 de Abril de 2010).-----

O jazigo de António Sotero está "extremamente vandalizado" e é de "elementar justiça" que a autarquia encontre uma solução para dar "dignidade" aos restos mortais daquele que ficou conhecido, na Figueira da Foz, como o "médico dos pobres".-----

- Fixação de um Grupo Operacional do Corpo de Intervenção da PSP na Região Centro do País (7 de Setembro de 2010).-----

1- Que o Município da Figueira da Foz apresente no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM), uma proposta no sentido da CIM exigir ao Governo a fixação de um grupo operacional do Corpo de Intervenção da PSP na Região Centro, preferencialmente na Figueira da Foz.-----

2- Que a CIM do Baixo Mondego, dê conhecimento dessa sua resolução às Comunidades Intermunicipais de Aveiro/Baixo Vouga, do Pinhal Litoral, Pinhal



Interior Norte, do Pinhal interior Sul e do Oeste.-----

3- Que esta proposta seja enviada para os Grupos Parlamentares na Assembleia da República.-----

- Transferência para o município da Figueira da Foz, das áreas sobre a tutela do IPTM e que não tenham utilização portuária reconhecida (6 de Julho de 2010).-----

É uma questão de princípio. Não faz sentido que existam terrenos fora da jurisdição de quem tem responsabilidades na gestão e manutenção destes espaços de usufruto público. De igual forma não faz sentido que Lisboa tenha um tratamento de excepção nesta matéria.-----

A actual área de jurisdição do IPTM na Figueira da Foz inclui todo o estuário do rio Mondego, desde cerca de 1.500 metros a montante da Ponte Edgar Cardoso até à foz, com todas as suas margens, ancoradouros, cais, docas e terraplenos.-----

- Solução para o Golf da Lagoa da Vela (1 de Junho de 2010).-----

É estranho que, ao longo destes meses que este executivo socialista lidera a Câmara, ainda nada se tenha ouvido sobre este assunto.-----

E nesse sentido, os vereadores do PSD exortam o presidente da Câmara a tomar um papel mais pró-activo nesta questão, e avançar com um processo contra o Estado português em tribunal, sob pena de o promotor privado fazer o mesmo à Câmara. Em 1999, a autarquia adjudicou o projecto ao Grupo Amorim/ Planalto.-----

- O estado de degradação em que se encontra o edifício o Trabalho - (20 de Dezembro de 2010).-----

O PSD propôs que o Laboratório Nacional de Engenharia Civil se volte a pronunciar sobre o estado do edifício. Em caso de constatação de falta de segurança pública, deve-se imputar responsabilidades ao grupo comercial proprietário.-----

Um conjunto de outras propostas/sugestões foram sendo feitas de modo não formal, tendo particular actualidade nesta altura o apelo para a resolução da questão do estacionamento das Auto-Caravanas no parque das gaivotas que, como se viu este ano se foi agravando."-----

O Vereador Miguel de Almeida referiu, após esta intervenção ao jeito de um balanço, que não é boa prática aprovarem-se propostas em sede de reunião de Câmara e depois não terem nenhuma sequência. Consideram que é um desrespeito pela Oposição e mesmo, até, pelo Executivo, porque as propostas foram aprovadas por unanimidade.-----

Gostavam de saber o "Estado da Arte" destas propostas, porque, ao que sabem,



nenhuma foi implementada, com exceção da “Lagoa da Vela” que ainda teve um desenvolvimento inicial, mas que depois nada mais souberam sobre esta matéria. Não falam do Mosteiro de Seiça publicamente porque sabem que o processo está em andamento e a Câmara tem um proposta para apresentar.-----

Para terminar e relativamente à questão do Parque das Gaivotas disse que é lamentável o que se passou na “Passagem de Ano”, uma vez que, por falta de fiscalização, não havia lugar para estacionar uma viatura. Referiu que houve pessoas que às 17:00 horas já não tinham lugar para estacionar no “Parque das Gaivotas” porque estava tudo completamente esgotado com as caravanas. Na sua opinião, isto é dificultar a vida a quem visita a Figueira da Foz. Lembrou que na altura que o Vereador João Armando colocou este assunto à Câmara, concordaram com ele dizendo que tinham de tomar medidas, mas que passado um ano a situação se agravou e teve o seu culminar na passagem de ano, com o espaço completamente esgotado com auto-caravanas e uma parte vedada por causa da obra do “mercado provisório” que, a seu ver, não era necessário porque não tem lá nada neste momento e, portanto, podia ter sido liberta.-----

O Presidente interveio dizendo que sobre o aspecto genérico da apresentação da proposta é sempre difícil para um órgão executivo dar cumprimento célere e integral às propostas que não foram por si apresentadas. Referiu que é pois importante e pedagógico que se promova o seu acompanhamento, lançando esse repto aos Vereadores da Oposição.-----

Referiu que irá apresentar já na próxima Reunião um memorandum com um ponto de situação relativamente aos assuntos que foram focados e que mostrará que, relativamente a todos eles, foram já realizadas inúmeras acções e reuniões.-----

Quanto à proposta de “preferência pelo recurso à utilização de materiais resultantes de reciclagem” disse que o Vereador António Tavares se iria pronunciar, deixando no entanto a nota de têm feito várias intervenções a este nível.-----

Relativamente à proposta de adesão do município à rede de “Cidades Amigas das Crianças” disse que, pese embora não terem estado em Florença, podem fazê-lo e que até já está decidido no sentido de se pedir à Divisão de Assuntos Sociais para dar o andamento a esta questão.-----

Quanto à requalificação do Património Ecológico, Estético, Paisagístico, Educacional e Recreativo da Lagoa da Vela referiu que levaram a cabo uma ação na Freguesia do Bom Sucesso e ficou deliberado que a reabilitação do Ecossistema



deveria ser assumida pelo INAG - Instituto da Água I.P., uma vez que na candidatura não se podem substituir a este Instituto, agradecendo que lhe dêem nota para diligenciar o seu cumprimento junto das respectivas instituições.-----

Em relação à proposta sobre a dignidade do Mausoléu de António Sotero, referiu que têm tido um conjunto de dificuldades para proceder a qualquer intervenção, mínima que seja, mas que procederá ao envio de todas as situações pendentes às respectivas Divisões.-----

Quanto à fixação de um Grupo Operacional do Corpo de Intervenção da PSP na Região Centro do País, retorquiu que a Câmara tem mantido vários contactos com a PSP e também com a divisão distrital, nas épocas mais críticas e recentemente com as festividades do fim de ano em que houve a presença significativa do grupo de intervenção. Disse que reencaminhou para o âmbito da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM) e que poderá reactivá-la, mas, fundamentalmente, dependerá da iniciativa que a Comunidade venha a assumir sobre esta matéria, embora veja particular dificuldade de cumprimento nesta altura, sendo certo que não sabe se esta proposta foi reencaminhada para a Assembleia da República. Se não foi, sê-lo-á oportunamente.-----

Sobre a transferência para o município da Figueira da Foz, das áreas sobre a tutela do IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos I.P. e que não tenham utilização portuária reconhecida, disse que é uma questão que tem sido abordada com a Administração do Porto e o que têm dito é que podem accionar o mecanismo junto da Administração Central à semelhança do que aconteceu em Lisboa. Referiu que irá reencaminhar a proposta para a Secretaria de Estado.-----

Relativamente à solução para o golfe da Lagoa da Vela, respondeu que tem de se saber se dão aproveitamento a uma avaliação de Impacte Ambiental. Disse que a Administração Central estava a ir contra si própria, porque protelou o dossier e quando deu conta foi declarada a caducidade do Impacte Ambiental. Após alguns meses foram reenviados para o ICM onde um técnico, em colaboração com um técnico da autarquia iria arranjar uma melhor solução de aproveitamento integral da avaliação de impacte ambiental. Frisou que recentemente foi extinto o ICM e hoje não sabem qual o interlocutor. Disse que gostaria de reativar este dossier e de o por em prática num período mais aliciante para investimento. Finalizou dizendo que este assunto não está parado, uma vez que estão à espera que o ICM decida quem o deve acompanhar.-----

Relativamente à proposta sobre o estado de degradação em que se encontra o



edifício “O Trabalho”, o Presidente respondeu que colide com um pedido que já foi deferido de requalificação e reabilitação feito pelo próprio promotor.----- Quanto à questão do estacionamento das auto-caravanas no “Parque das Gaivotas”, deu conhecimento que a questão inerente a este tipo de viaturas já foi tratada pelo Partido Social Democrata na Assembleia da República mas foi chumbada a sua proposta, uma vez que são tratadas como viaturas ligeiras e as situações esporádicas de estacionamento de um dia para o outro não têm enquadramento legal, apontando como solução o condicionamento do espaço. Disse que pensaram em direccionar uma parte do Parque de Estacionamento para auto-caravanas e a outra para viaturas ligeiras, mas com essa solução iriam continuar a dar cobertura a este tipo de aparcamento naquela zona, o que queriam evitar. Referiu que o ideal seria arranjar um espaço para as auto-caravanas, mas como não há espaços alternativos e não querem estas viaturas paradas por toda a cidade, têm tolerado este regime que, sem um regulamento específico, é difícil de tratar.-----

Respondeu que na véspera da passagem de ano tentaram arranjar um espaço alternativo para estacionamento junto ao Porto da Figueira e pensa que não houve nenhuma dificuldade de estacionamento.-----

A Vereadora Isabel Cardoso tomou a palavra e relativamente à proposta relacionada com a preferência pelo recurso à utilização de materiais resultantes de reciclagem, informou que quando a Câmara promove a aquisição de bens e serviços dá especial relevância, nos Cadernos de Encargos, aos materiais que sejam reciclados. Deu como exemplo os consumíveis para as impressoras, os artigos de higiene e de quarto de banho, tais como os toalhetes de mão, que já são todos reciclados. Referiu que nas referidas aquisições também têm em conta o factor “preço”. Informou que o papel de fotocópia ainda não é reciclado, ou seja, tendo em contra o critério preço, têm ganho as propostas para o outro tipo de papel. Mas já se tem entrado com esse critério em todos os materiais que vão para os sanitários. A nível dos materiais aplicados nas obras remeteu a resposta para o Vereador António Tavares.-----

O Vereador António Tavares tomou a palavra dizendo que em relação às obras particulares há legislação que obriga à utilização de materiais reciclados, sobretudo nos casos de demolição e de reconstrução. Disse que a Câmara não tem capacidade de fiscalização dessa reutilização de materiais, mas há normas impositivas que obrigam os construtores nesse sentido. Disse que tomou algumas medidas no sentido dos serviços procederem às vistorias, todas as semanas, para



controlarem a utilização de materiais reciclados, nomeadamente dos Serviços de Higiene e relativamente aos chamados “pesados”. Referiu que o Serviço de Obras Municipais vai, com assiduidade, verificar o que é selecionado e o que pode vir a ser reutilizado para trabalhos que depois têm a necessidade de ser feitos. Apontou como exemplo de reutilização, o trabalho que têm desenvolvido em colaboração com a Junta de Freguesia de Tavarede, nomeadamente com o aproveitamento dos restos de macadame resultantes da obra do Galo D’Ouro que, após análise e de se ter verificado a não existência de materiais nocivos, será aplicado nos caminhos, bem como cedido a particulares, dando como exemplo a Escola de Samba “A Rainha”, que mudou as suas instalações para a Ferrugenta, tendo feito o seu estacionamento com restos de macadame. Relativamente aos espaços verdes, referiu que os Cadernos de Encargos já obrigam a reutilização da relva que permite sustentar a humidade aí existente e à verificação dos solos.-- Reportando-se à proposta sobre a requalificação do Património Ecológico, Estético, Paisagístico, Educacional e Recreativo da Lagoa da Vela, informou que fizeram um debate ou sessão de esclarecimento que teve bastantes intervenientes. Referiu que já houve também um debate no âmbito da Agenda 21 Local. Disse que já fez referência que a ARH Centro (Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.) só em 2012 é que vai avançar com o plano especial da Lagoa da vela, uma vez que por contingências financeiras não o poderia fazer na altura em que aprovaram essa recomendação e que lha enviaram. Assim, vão ver se em 2012 o ARH Centro vai avançar com o plano especial da Lagoa da Vela, sendo que há intervenções que a Câmara pode fazer, independentemente da existência ou não do plano.-----

Quanto ao Mausoléu de António Sotero advertiu que já deu instruções ao Diretor do DMPOSM (Departamento Municipal de Projectos, Obras e Serviços Municipais) no sentido de providenciar a substituição ou à criação do Mausoléu do e depois informará.-----

Relativamente ao estado de degradação em que se encontra o edifício “O Trabalho”, proferiu que depois que a proposta fora apresentada, estabeleceram contatos com o proprietário, a Agência de Seguros, tendo sido recebidos pelo Presidente, para que entrassem com um projeto novo. Ainda fizeram alguns contatos no sentido de saber se havia a possibilidade de fazer uma ligação ao edifício das “Freirinhas”, como havia sido aventado em tempos. Perceberam, entretanto, que havia uma separação entre os proprietários dos dois prédios. A



Açoreana Seguros não estava interessada na aquisição e a outra parte vice-versa. Os mesmos fizeram menção ao processo que deu entrada no Departamento Municipal de Urbanismo. Esse processo, entretanto, foi deferido e aguardam que os mesmos venham levantar a devida autorização.-----

O Vereador Carlos Monteiro interveio para responder à questão levantada sobre a proposta relativa ao tema Adesão do município à rede de "Cidades Amigas das Crianças", dizendo que este assunto não foi esquecido e que foi proposto pelos Serviços, que considerou de alguma importância, englobar a "Rede de Cidades Saudáveis" na "Rede Cidades Amigas das Crianças", sendo que já faz parte do orçamento. Foi só uma perspetiva dos serviços de englobar tudo, mas, numa primeira fase, cimentar a "Rede de Cidades Saudáveis", para depois dar o salto seguinte. Disse que este assunto tem sido acompanhado pela Diretora de Departamento, que tem estabelecido os contatos necessários. Explicou que não foi feito no "timing" proposto porque havia a necessidade de estruturar as outras propostas e dar um andamento necessário, para depois as englobar e haver alguma unicidade de procedimento.-----

Relativamente ao estacionamento ao lado do "Parque das Gaivotas", esclareceu que o mesmo estava reservado para os carros do "Rali de Fim de Ano" e não tinha nada a ver com o mercado provisório, tendo havido a preocupação de libertar o estacionamento do IPTM na véspera da "Passagem do Ano", sendo que às 11:00 horas da noite ainda haviam muitos lugares vagos.-----

O Vereador Miguel de Almeida tomou de novo a palavra alertando que têm de se entender, pois pensava que não restavam dúvidas de qual era o papel da Oposição e quanto às propostas que apresentaram mas, pelas intervenções que acabou de ouvir, nomeadamente, do Presidente e Vereadores António Tavares e Carlos Monteiro, vê que se enganou. Lembrou novamente que as propostas foram votadas e que a única que não foi aprovada por unanimidade foi a da "Fixação de um Grupo Operacional do Corpo de Intervenção da PSP na Região Centro do País". Mas mesmo que as outras não fossem aprovadas por unanimidade, considera que a partir do momento que é aprovado em Câmara, esta tem de dar cumprimento às mesmas e não pode tomar esta atitude.-----

O Presidente respondeu que deu uma nota resumida, mas que irá dar já na próxima Reunião uma nota pormenorizada sobre a evolução de cada um dos dossiers e que os mesmos não estão parados, antes pelo contrário, a maioria deles estão há muito para apreciação das entidades competentes.-----



O Vereador Miguel de Almeida retorquiu que nenhuma delas evoluiu e que a proposta sobre a “Rede de Cidades Amigas das Crianças” tinha três itens concretos.-----

O Presidente voltou a repetir que lhes vai dar uma nota atualizada da situação de cada um dos pontos e sugeriu que, se assim o Vereador entender, apresentava um contributo para a sua boa solução.-----

O Vereador Miguel de Almeida respondeu que a questão não é essa, mas sim saber como estão as propostas e muito particularmente no que diz respeito ao edifício “O Trabalho”. Porque, do seu ponto de vista, pondo a hipótese de que o Vereador António Tavares estava certo quando disse que a pretensão do Partido Social Democrata relativamente ao edifício se diluiu pelo facto de haver um processo a decorrer para a sua requalificação, então, deveria ter dado essa informação em sede de reunião de Câmara.-----

Referiu que os Vereadores da Oposição não têm estrutura nenhuma de apoio, com exceção das Câmaras de Lisboa, Porto e Coimbra. Mesmo com o sacrifício pessoal, pois têm a sua vida profissional, estudam os dossiers, apresentam propostas e depois as mesmas não são valorizadas, uma vez que são votadas e depois são guardadas na gaveta. Chamou a atenção que só se estão a referir a propostas de 2010, ou seja, com um ano. Sobre as propostas de 2011, falarão noutro dia. Admitiu, no entanto, que há uma proposta ou outra que até possa ter avançado alguma coisa. No entanto, frisou que lhe tinham de dar essa informação.-----

Quanto à proposta sobre a “preferência pelo recurso à utilização de materiais resultantes de reciclagem”, disse que falaram muito, mas que não foi feito aquilo que na verdade é proposto, tendo ficado satisfeito pelo facto dos Cadernos de Encargos já preverem esta questão.-----

Quanto à Lagoa da Vela, apresentaram uma proposta de candidatura ao QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional pela Câmara e até hoje não houve nenhuma reunião nesse sentido.-----

Referiu que há reuniões à séria, com propostas do Executivo e reuniões a brincar com as propostas da Oposição e que não é admissível este tipo de atuação por parte da Câmara.-----

O Presidente interveio dizendo que vai dar nota atualizada sobre cada um dos pontos e lembrou que parte das propostas dependem de entidades terceiras, com quem foram acionados os respetivos procedimentos.-----

O Vereador Vitor Guedes tomou a palavra na sequência da intervenção do Vereador



Miguel de Almeida, dizendo que de vez em quando o Presidente o consegue surpreender, nomeadamente quando disse que o Executivo tem dificuldade de cumprir deliberações emanadas pela oposição. Na sua opinião é uma obrigação do Executivo. Não lhe parece que a oposição tenha de acompanhar as propostas. Assim sendo, teriam de fazer um estudo em conjunto para a oposição passar a ter funções executivas, para acompanhar as deliberações e dar ordens aos serviços a fim de cumprir as mesmas, uma vez que o Executivo se demite dessas funções. Não lhe parece aceitável que depois recaiam sobre o Executivo os critérios de oportunidade, decidindo se levam ou não a bom porto as propostas apresentadas, salvo se as calendarizarem e fizerem uma proposta à Câmara para essa aprovação. - Referiu que o estudo de estabilidade do edifício "O Trabalho" não colide com a requalificação do prédio pelo proprietário do mesmo. É com espanto que se dirige para ver como proceder para o futuro, ou seja, se têm de fazer um grupo de trabalho para organizarem os serviços de forma a também poderem acompanhar, com determinação, ou se esperam que se cumpram as deliberações como é dever do Executivo.-----

O Presidente respondeu que hoje há muito a mania de fazer do Executivo um mini Parlamento. Repetiu que depois dará nota sobre cada um dos pontos, lembrando que a sua resolução depende de entidades terceiras e que a parte que cabe ao Executivo já se encontra realizada. Disse que quando se toma uma deliberação tem de se estudar os procedimentos que envolvem a sua resolução mais expedita e que herdou inúmeros dossiers que não se resolveram em oito anos.-----

Do seu ponto de vista, a solução passará também pelo envolvimento ativo do proponente na resolução, nomeadamente de se inteirar da sua situação e dar nota nesse sentido, sugerindo inclusivamente medidas a tomar. Doutra maneira, não sabe como os Vereadores não executivos podem ter participação ativa.-----

O Vereador Daniel Santos tomou a palavra dizendo que não iria fazer uma exposição exaustiva, mas que a sua preocupação é em relação às respostas dadas. Não concorda minimamente com a solução dada pelo Presidente. Comparou a Câmara com o Conselho de Administração de uma empresa, em que uns são executivos e outros não executivos, mas que se reúnem por um objetivo comum. Disse que na Câmara deve ser da mesma forma. Considera que haverá sensibilidades diferentes relativamente às propostas, mas quando aprovadas devem ter o andamento igual para todos os casos.-----

Não lhe parece que ao fim deste tempo todo haja necessidade que o Vereador



Miguel de Almeida tenha de falar sobre estas questões. Disse que teve o cuidado de ir ver ao sítio da Câmara para consultar as atas do Executivo e constatou que não há atas.-----

Referindo-se às equipas da Câmara - a de Planeamento Estratégico e Ordenamento do Território e a de Desenvolvimento Municipal, disse que há uma série de Planos que precisavam de ser corrigidos. Não consegue compreender que existindo essas duas equipas só um Plano tenha sido revisto ou iniciado pela Câmara Municipal, que é o caso do Plano de Pormenor da Costa de Lavos.-----

Repetiu que como não tem acesso às atas da Câmara, pode dizer que a elaboração dessa proposta foi aprovada há um ano e o prazo dela era de dezoito meses, isto é, na sua opinião, o prazo não se vai cumprir.-----

Quanto ao Plano de Urbanização do Paião, da Praia de Quiaios e Murtinheira e o Plano de Pormenor da zona do Matadouro, disse que falaram nisso como recomendação, mas deviam ter apresentado uma proposta, que por este andar, teria tido o mesmo resultado.-----

O Vereador João Armando interveio sugerindo que o Executivo deveria ter um "notebook" ou um diário, para ver se têm tudo executado e o que deve ser dado conhecimento à Câmara. Apontou que a oposição é acusada de só destruir, mas quando apresenta propostas não é dado andamento às mesmas. Perguntou, então, qual é o papel da oposição, se é só de reagir, ou pelo contrário de colaborar. Na sua opinião dizer-se que a proposta não está parada, não é nada. Não concorda que a "Rede das Cidades Amigas das Crianças" seja agregada à proposta da "Rede de Cidades Saudáveis", porque era exatamente isso que não se queria. Sugeriu que se faça uma leitura de uma proposta que um colega do Vereador António Tavares apresentou sobre esta matéria.-----

O Vereador António Tavares tomou de novo a palavra dizendo que concorda com o Engenheiro Daniel Santos quando disse que a Câmara é como um conselho de administração de uma empresa, porque todos têm o seu respeito assim como todas as propostas apresentadas, mas a verdade é que se têm deparado muitas vezes com problemas de diversas índoles.-----

Concluindo, disse que concorda que deviam dar a informação atempada sobre as propostas apresentadas pela oposição, mas acha injusto dizer-se que o Executivo nada fez.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

ORDEM DO DIA



- 1 - GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA
- 1.1 - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO
- NOMEAÇÃO DE ADMINISTRADORA NÃO EXECUTIVA DE EMPRESA MUNICIPAL SEM REMUNERAÇÃO; DIRIGENTE INTERMÉDIA DE 1.ª GRAU; ACUMULAÇÃO DE GESTOR PÚBLICO

O Presidente deu conhecimento que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, em resposta ao ofício da Câmara n.º 15157, de 25 de novembro de 2011, remeteu o parecer n.º DSAJAL 287/11, documento que se dá aqui por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata, elaborado pela Direção de Serviços de Apoio Jurídico à Administração Local da CCDR Centro, relativo à questão que lhes foi formulada: “nomeação de administradora não executiva de empresa municipal sem remuneração; dirigente intermédia de 1.ª grau; acumulação gestor público”.-----

O Presidente esclareceu que a CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional no seu parecer, que é do conhecimento de todos, em suma, considera que a dirigente intermédia não pode ocupar o lugar de vogal do Conselho de Administração da Figueira Domus. Disse que este assunto já está ultrapassado com a nomeação do novo Conselho de Administração e que neste momento este órgão está a averiguar as consequências desta decisão.-----

Na sua perspetiva, julga que esta decisão não afeta de qualquer irregularidade os atos cometidos e que apenas poderão haver implicações formais na questão do desempenho das funções. Na sua opinião, também esta questão está ultrapassada, na medida em que a Dra. Isabel Figueiredo deixou de exercer as funções, no âmbito interno do Conselho de Administração da Figueira Domus.-----

Relativamente à autarquia, não lhe parece que haja qualquer medida que se tenha de tomar, uma vez que a situação, como disse, está superada e não se verificou a persistência no desempenho das funções, até porque, a própria Directora dos Serviços foi motivada e convidada pelo Executivo a exercer as funções de Administradora e, verificado o impedimento, e antes até de recebido o parecer, a questão tinha sido ultrapassada.-----

O Vereador Miguel de Almeida tomou a palavra dizendo que não concorda com a posição do Presidente, uma vez que no entendimento dos Vereadores do Partido Social Democrata o assunto inerente à Dra. Isabel Figueiredo não está resolvido. Para melhor esclarecimento, separou a intervenção em duas questões distintas:---
A primeira prende-se com o assunto levantado pelo Vereador Vítor Guedes para o



qual os Vereadores do Partido Social Democrata têm dúvidas. Sobre essa matéria gostavam de ter alguns esclarecimentos, porque lhes parece haver alguma razão quando o Vereador Vítor Guedes, mesmo antes do parecer chegar, disse que “todos os atos praticados pela Dra. Isabel Figueiredo na Figueira Domus eram nulos”. Na sua opinião essa matéria não pode ser esclarecida pelo Conselho de Administração da Figueira Domus, até porque tanto o Conselho de Administração como o Executivo sempre tiveram o entendimento de que tudo estava bem. E, portanto, do seu ponto de vista, não é aceitável e tem de haver alguém que se pronuncie sobre essa matéria.-----

Considera que têm dúvidas quanto ao facto dos atos serem ou não nulos e, do seu ponto de vista, se não o são, pelo menos serão anuláveis. A ser assim, a Câmara e a Assembleia Geral da Figueira Domus têm de se pronunciar.-----

Referiu que era bom, de uma vez por todas, levar um assunto do princípio até ao fim, com pés e cabeça, de forma a que não tenham problemas no futuro.-----

A segunda questão prende-se com o Estatuto do Pessoal Dirigente, nomeadamente, o n.º 7, do artigo 16.º, que diz que as consequências de um dirigente violar o que vem nos pontos 16 e 17, ou seja, o regime de exclusividade, é a perda do lugar de dirigente. Na sua opinião, importa saber se há ou não lugar à perda de lugar e não pode simplesmente ficar assim, como se nada fosse. Porque, como já verificaram no passado e estão a verificar no presente e com certeza irão verificar no futuro, depois, estas situações têm consequências para quem vota estas matérias. Mesmo que não votem, assistem às reuniões e percebem o que se está a passar e, na sua ótica, não podem ver que as coisas não estão a funcionar bem e deixar passar como senada fosse.-----

Deixou claro que nada o move contra a Dra. Isabel Figueiredo, até porque nem a conhece, mas para si o que é certo é que houve uma ilegalidade, conforme diz a CCDRC e eles próprios já tinham afirmado com base num parecer, também dessa entidade e da DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, que é para onde a CCDRC remete. Do seu ponto de vista o parecer é claro.-----

Referiu que a carta da Directora relativamente à demissão do cargo da administração da Figueira Domus também precisava de ser esclarecida e não lhe parece, pelas razões aduzidas, que esta questão esteja resolvida como o Presidente quer fazer parecer e precisa de o ser, para que no futuro não sejam implicados num processo que não foi bem conduzido e que tenham ainda de ser chamados à responsabilidade.-----



Por estes motivos, deixou claro que não querem ficar ligados a nenhuma questão destas e parece-lhe que há duas questões para resolver:-----

A primeira, talvez a mais grave, se o Vereador Vítor Guedes tinha razão, porque põe em causa tudo o que se passou na Figueira Domus durante o tempo que a Dra. Isabel Figueiredo lá esteve;-----

A segunda questão, que deixam à consideração do Presidente, é saber como e quem vai avaliar que consequências terão do artigo 16.º, ponto 7 do Estatuto do Pessoal Dirigente.-----

O Presidente respondeu em relação à primeira questão, dizendo que não é de aplicar essa norma e que a mesma só deve ser aplicada e só faz sentido se, depois de detetada a incompatibilidade, se mantenha a persistência da manutenção do lugar. É a leitura que faz, que vale o que vale, sugerindo que podem pedir esclarecimentos a uma entidade que faça a avaliação jurídica do caso.-----

Pensa que o parecer é discutível, uma vez que estão a aceitar uma jurisprudência pacífica da CCDRC, uma orientação que foi feita numa reunião conjunta das várias entidades e que serve de critério de orientação. Pese embora, que existe um fator que não foi ponderado e que é a questão da Dra. Isabel Figueiredo não ter sido Administradora Executiva e o parecer ter vindo no sentido de encaixar apenas e só o lugar de Administrador Executivo. Portanto, na sua perspetiva, não haverá lugar à aplicação da referida sanção.-----

O Vereador Miguel de Almeida questionou se o Presidente quis dizer que este parecer vai no sentido de que a Dra. Isabel Figueiredo assumia funções executivas.-----

O Presidente explicou que não é isso que está a dizer, mas que o parecer está todo orientado para os casos em que o nomeado ocupou cargos executivos. E, por esse motivo, a Câmara insistiu que, para além do cargo ser gratuito, havia exercício de funções não executivas. E foi o entendimento que, de alguma forma, permitiu a nomeação, até porque houve alterações supervenientes e consideraram que, ocupando o cargo de vogal não executiva, a título não remunerado, que não havia incompatibilidade, pese embora, respeitarem esta orientação, tendo sido tomadas as medidas necessárias na altura.-----

Quanto à segunda questão, parece-lhe que não há lugar à aplicação de qualquer sanção, salvo se a pessoa visada fizesse questão de se manter no lugar. No entanto, podem averiguar essa situação.-----

O Vereador Vítor Guedes contrapôs dizendo que, relativamente à intervenção do



Vereador Miguel de Almeida, estão perante uma proposta envergonhada, que é o de tirar consequências do exercício daquelas funções para as quais, aquela pessoa em concreto, era incompatível, porquanto também já exercia o cargo de Dirigente na Câmara Municipal e, como tal, não podia exercer funções na Administração da Figueira Domus. E, de facto, determina o artigo 16.º, n.º 7 do Estatuto do Pessoal Dirigente que o exercício de funções que são incompatíveis tem como consequência a demissão ou a cessação da Comissão de Serviço que a Senhora desempenha. Portanto, na sua opinião, isto não é cumulativo à permanência no cargo neste exercício de funções, mas sim uma consequência de ter exercido funções nestas circunstâncias. Logo, na sua opinião, uma das consequências que daí advém é precisamente esta cessação de funções. Justificou que se referiu à proposta como sendo envergonhada porque o Partido Social Democrata trouxe a questão à mesa para ser falada, mas depois não lhe tirou a devida consequência, que era, então, ter feito a proposta para que a presidência da Câmara ou o Executivo, tomasse as diligências que conduzissem precisamente a esta cessação de funções, consequência do exercício e da aplicação da lei. É isso que vai esperar que o Partido Social Democrata faça, ou seja, não deixar a proposta a meio e ir até ao fim, sem esperar que outros tomem a iniciativa.-----

Referiu que fica à espera da proposta porque está de acordo com ela, até porque esta questão da incompatibilidade foi colocada quando se pensou em nomear a Dra. Isabel Figueiredo para ocupar o cargo e, na sua ótica, devia ter sido pedido o parecer antes do exercício das funções. Mas não, a Dra. Isabel Figueiredo entendeu que não havia incompatibilidade de funções e, obviamente, que esta situação a afeta e afetá-la-á no futuro. Portanto, as consequências são relativamente claras, e, como tal, compete ao Partido Social Democrata levar a proposta até ao fim e apresentá-la para que se conduza, precisamente à cessação de funções da Dra. Isabel Figueiredo.-----

Relativamente à questão que o Presidente colocou de que este é um mero parecer, mas depois vir dizer que até há um impeditivo e tomaram as providências nesse sentido, considera que se assim o entenderam, então têm de levar as consequências até ao final. A incompatibilidade é uma realidade e não se coloca só a questão do exercício de funções executivas ou não executivas, até porque a Dra. Isabel Figueiredo exercia funções executivas, porque lhe foram atribuídas. Logo, quando o parecer foi pedido, ela já tinha a seu cargo o exercício do contencioso e serviços jurídicos e do seu ponto de vista estas funções são



executivas, sendo que a fundamentação do Presidente não tem cabimento. Não só porque a Dra. Isabel Figueiredo exercia funções executivas e não o podia fazer, como, independentemente disso, exercia, também, o cargo de Administradora do Conselho de Administração da Figueira Domus e também não o podia ter exercido e as consequências que resultam da lei são as que lá estão explanadas. Ou seja, não diz que são consequências para a permanência reiterada de funções, mas para a acumulação das mesmas. Pelos motivos aduzidos, esperam que o Partido Social Democrata apresente uma proposta que conduza à cessação das funções da Dra. Isabel Figueiredo para, deste modo, fazer algum sentido ter levantado a questão em reunião de Câmara.-----

O Presidente esclareceu que a nomeação da Dra. Isabel Cardoso para o cargo foi feita sob proposta sua. Fê-lo perfeitamente convencido, e ainda hoje, que o poderia fazer. Portanto, não pode ser o promotor contra uma nomeação que fez, aplicando agora sanções que acha que não são as adequadas. Na sua opinião, uma coisa seria a Dra. Isabel Figueiredo assumir as funções à revelia de uma nomeação feita pelo Presidente e aí poderia considerar que seria um problema apenas dela. Outra coisa é ser ele a apresentar a nomeação e depois considerar que violou um dever funcional, que põe em causa a manutenção do cargo como dirigente, para além de entender que essa sanção se aplica no caso e só de persistência de manutenção do lugar. Uma vez ultrapassado o problema não fará sentido recorrer à norma invocada. Todavia, assume que a nomeação foi feita por todos, sob sua proposta e assim estarão todos a ser co-responsáveis pela aceitação que a Dra. Isabel Figueiredo fez.-----

O Vereador Miguel de Almeida interveio dizendo que percebe que o Vereador Vítor Guedes tenha saudades do tempo em que o Partido Social Democrata era executivo, mas lembrou-o que já não são eles a decidir o que se faz no dia a dia da gestão do pessoal da Câmara.-----

Disse que o Vereador Vítor Guedes não ouviu bem, porque, quer num caso, quer noutra, os Vereadores do Partido Social Democrata têm algumas reservas. Por isso, parece-lhes que o Executivo devia pedir um parecer, quer para um caso, quer para o outro, com dois pontos. Referiu que a proposta não é envergonhada e não deixa de ser estranho que o Vereador Vítor Guedes tenha dito que os atos eram todos nulos e esta reunião passaria sem falar do assunto e quando lhe levantou a questão voltou a não falar. Na sua opinião, essa é que é uma proposta envergonhada, isto é, "mandar a pedra e esconder a mão", porque:-----



- Ponto um, não viu nenhuma proposta da Figueira 100% a dizer que os atos tomados pela Figueira Domus agora são nulos.-----

- Ponto dois, tendo os Vereadores do Partido Social Democrata dúvidas, nomeadamente, se os atos são nulos ou anuláveis, gostavam de obter um parecer sobre isso;-----

- Ponto três, sendo a terceira questão onde existem menos dúvidas da parte dos Vereadores do Partido Social Democrata, mas que está em causa a perda do lugar de direção e que deve ser feito com todas as cautelas, entendem que, em primeiro lugar, ao contrário do que o Presidente afirmou, é ele quem tem a obrigação de corrigir a mão, porque fez as propostas para a nomeação, e quem fez os concursos para os Directores foi o Executivo e não a Oposição; quem propôs os cargos da Figueira Domus foi o Executivo e afinal tinham dúvidas e não as levantaram na reunião de Câmara. Continuou dizendo que os outros Vereadores da Oposição não estavam dentro da informação toda, nomeadamente das dúvidas existentes e só mais tarde é que vieram a verificar que a Dra. Isabel Figueiredo era a Diretora do Departamento Municipal de Urbanismo, assunto que já foi falado e por isso não vão continuar a falar sobre o mesmo. No entanto, entendem que quem tem obrigação de resolver esta questão é o Executivo. Mas se for necessário os Vereadores do Partido Social Democrata fazerem uma proposta, que é a seguinte:-----

Pedir um parecer à CCDRC para saber, no ponto um e no ponto dois, que caminho é que vão seguir. No ponto um, porque considera que é a afirmação mais grave e que põe em causa o tempo de mandato da Dra. Isabel Figueiredo na Figueira Domus e todas as decisões que foram tomadas. Relativamente à presença da senhora Directora de Departamento, não têm tanta dúvida como no primeiro caso, mas é evidente que decorre do ponto 7, do artigo 16.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, e para não correrem o risco de cometer o erro que o Executivo cometeu de tomar as decisões sem tomar as cautelas necessárias, entendem que se pode pedir, também, um parecer, único, com os dois pontos, à CCDRC, dando assim resposta ao Vereador Vítor Guedes que lhe pediu uma proposta. Deixou claro que levantaram esta questão porque achavam que a Dra. Isabel Figueiredo não podia estar acumular funções. No entanto, disse que os Vereadores do Partido Social Democrata ficam abertos a uma proposta diferente que possa vir a ser apresentada.-----

O Presidente advogou, por uma questão de metodologia, que o Executivo tem um posição clara, isto é, não têm dúvidas. Consideram que os atos não são nulos,



nem há lugar à aplicação da sanção prevista no Estatuto do Pessoal Dirigente e também há a responsabilidade da assunção da nomeação que foi feita por si.-----
Explicou que, na perspetiva do Executivo, os atos não são nulos porque não há nenhuma incompatibilidade entre os atos praticados pela Dra. Isabel Figueiredo e as posições que foram assumidas pelo exercício das suas funções, que não padecem de qualquer irregularidade. Haveria nulidade ou mesmo anulabilidade se uma eventual incompatibilidade fosse conflituante na decisão tomada. Para além de ter sido uma proposta assumida por si, não lhe parece que necessariamente derive nessa sanção, salvo se, uma vez detetada a irregularidade, houvesse persistência na manutenção do lugar de vogal do Conselho de Administração, o que implicaria a cessação do lugar de dirigente. Face ao exposto, porque não têm dúvidas e porque a situação está sanada, não se sentem na obrigatoriedade de pedir qualquer esclarecimento.-----

No entanto, deixou claro que se outro for o entendimento dos membros da Oposição, como lhe parece que é, então, terá que ser decidido em deliberação de Câmara, depois de devidamente analisado.-----

O Vereador Miguel de Almeida proferiu que, para que não fiquem dúvidas, o Partido Social Democrata propõe que se solicite um parecer à CCDRC com os dois pontos que já havia mencionado, para depois decidirem e tomarem uma posição.----

O Vereador António Tavares tomou a palavra, correndo o risco de alguma censura ao seu raciocínio, porque se propôs a dizer o que sente.-----

Face à informação jurídica deveria estar perfeitamente agarrado, aprisionado, à lei invocada. Mas chamou a atenção de todos para a materialidade dos factos desta circunstância, para apelar ao bom senso de justiça e equidade perante esta situação. Referiu que têm uma senhora que exerce as funções de Directora do Urbanismo e que foi convidada a exercer o cargo de Administradora não executiva, não remunerado, sem qualquer vantagem patrimonial, numa empresa municipal, numa perspetiva de transitoriedade (que se veio a traduzir na carta que enviou ao Presidente, de renúncia do cargo), no sentido de servir o interesse público e municipal. Ou seja, para além das suas funções normais, sem obter nenhuma vantagem patrimonial, estando numa função não executiva, aceitou compor o Órgão de Administração de uma empresa municipal que, cedo ou tarde se irá extinguir ou fundir. Fê-lo a convite do Presidente, que trouxe a proposta à Câmara, que foi votada pelo Executivo e que mereceu a abstenção da oposição, ou seja, iniciou as funções com o beneplácito de todos, ou a favor, ou por abstenção, que do seu



ponto de vista é uma “admissibilidade de” e assim começou a exercer as funções. Lembrou que nessa altura ninguém levantou a questão jurídica inerente ao impedimento da Dra. Isabel Figueiredo. Mas, não obstante o Executivo o tivesse questionado, entendeu, após análise, que não haveria qualquer impedimento ao exercício desse cargo. E tal entendimento não era pacífico, não obstante ter saído vencimento aquilo que Vereadores não Executivos pensavam, sendo que o Juiz nesta causa foi a CCDRC, mediante um parecer e não mediante uma sentença.-----

Mencionou que se está a solicitar a uma pessoa que nomearam, sem vantagem patrimonial, indo cumprir um sacrifício à sua vida pessoal e particular, com o beneplácito de todos, sem que tivessem em vista que estava a haver uma violação de lei, sem ter ferido em nada as funções de Directora no cargo que atualmente ocupa no Departamento Municipal de Urbanismo, a cessação de funções. E depois, o que é que vão fazer neste contexto: pôr a Dra. Isabel na rua, esquecendo a eventual e imperiosa consequência legal do normativo invocado pelo Vereador Miguel de Almeida. Perguntou se esta proposta e esta decisão é justa, porque, na sua opinião, a justiça não está só na lei e no cumprimento do preceito legal. Porque se estivesse, quando os Nazis exterminaram os Judeus, estavam a cumprir leis e os normativos do “Reich”, pedindo desculpas pelo exagero de comparação que fez, que não chega a ser uma comparação. Do seu ponto de vista o positivismo legal nem sempre ajuda à substância e à materialidade da justiça. Referiu que se os Vereadores da oposição se sentem tranquilos na sua consciência perante os pressupostos, para chegarem à conclusão que chegaram, então devem avançar com a proposta e ter a coragem de dela extrair as devidas consequências. Confessou que não se sente nada tranquilo na sua consciência se o desfecho deste caso for efectivamente a retirada da Dra. Isabel Figueiredo como Directora do Departamento Municipal de Urbanismo e pediu desculpa por trazer a emoção e o sentimento à frente daquilo que devia ter sido, ou seja, a frieza e a dureza da lei e do cargo que ocupam.-----

O Vereador Vítor Guedes interveio dizendo que, de facto, só pela emoção se pode perceber a triste comparação que o Vereador António Tavares trouxe à discussão, entre o Nazismo e a proposta apresentada.-----

O Vereador António Tavares retorquiu dizendo que fez a comparação relativamente ao positivismo.-----

O Vereador Vítor Guedes, continuou dizendo que o extermínio dos Judeus não emanou de nenhuma ordem legal, como tal a comparação ou evocação não está



exacta. Compreende que o Vereador diga que é uma situação que o incomoda, mas lembrou que foi o executivo que nomeou a Dra. Isabel Figueiredo e que tiveram a consciência que a situação de incompatibilidade era possível e teriam de ter previsto todas as consequências que daí poderiam advir.-----

O Vereador António Tavares perguntou se querem atingi-lo a ele ou à Dra. Isabel Figueiredo, porque foi o Executivo que a nomeou e por isso sente-se responsável.

O Vereador Vítor Guedes referiu que a questão que se coloca é se as normas foram ou não cumpridas. Não concorda que se diga que a Dra. Isabel foi eleita com a anuência da oposição, quando o Movimento "Figueira 100%" votou pela abstenção, razão pela qual já foi abordada em reunião de Câmara, e nessa altura não tomou consciência que aquela mesma pessoa estava simultaneamente a exercer funções de Diretora do Departamento Municipal de Urbanismo. Mas, na sua opinião, o Executivo devia ter tomado consciência e, por isso, acha que esta questão tem de ser apurada. Assim, corrobora o facto de se pedir um parecer. Disse que a nulidade ou anulabilidade dos atos praticados não advém da incompatibilidade do exercício de funções, mas do ato de eleição da Dra. Isabel Figueiredo para aquele cargo e todos os atos subsequentes praticados por alguém que não devia ter sido eleito, ou seja, o que está em causa é o ato original de nomeação. Sendo certo também que estão perante um desastroso procedimento do Conselho de Administração cessante, em que não há atas das reuniões e, em bom rigor, nenhuma deliberação tomada por aquele Conselho de Administração é válida, porque não é eficaz. Deixou claro que não estão só perante um problema relacionado com a nomeação e da eleição daquela Administradora executiva, mas também das consequências que daí advém, pelo menos, em todos os atos em que ela fez maioria, pelo facto de se poder questionar da sua validade. Do seu ponto de vista, seria bom que a Câmara resolvesse esta questão, porque lhe parece pertinente sê-lo feito, uma vez que pode trazer consequências que convém atalhar em devido tempo e que, na sua opinião até já é tarde.-----

O Vereador Daniel Santos interveio de seguida dizendo que não ia falar nas questões de natureza jurídica, mas na sequência daquilo que o Vereador António Tavares disse e que assumiu, deixando de lado a sua formação jurídica. Acha que estas matérias têm de se analisar também dessa forma, sem esquecer que todas as decisões têm de ter o devido enquadramento legal. E, como o Vereador António Tavares resolveu ir por esse caminho e ao fazer uma proposta dessa natureza, lembrou que se a Oposição optar por abster-se pode bloquear todas as situações e



as tarefas de qualquer uma das empresas municipais, por uma razão muito simples, é que estão a recorrer a pareceres para saber se existe ou não incompatibilidade, quando aquilo que se tem de fazer é, quando surgirem mais nomeações para os Conselhos de Administração terão de vir acompanhados dos pareceres respectivos e só depois é que se pronunciam. Porque quando surgem as propostas com os nomes, não vão analisar uma a uma e a situação de cada um caso em concreto. Isso compete a quem tem essa possibilidade. Gostaria que levassem isso em consideração, porque acha que esse caminho que o Vereador António Tavares propôs é extremamente perigoso, porque pode efectivamente bloquear a assunção de decisões por parte dos órgãos para quem tem de se nomear essas pessoas.-----

O Presidente pediu que se concluísse então este assunto, assumindo a nomeação da Dra. Isabel Figueiredo, com todas as consequências que daí possam advir e considerou que todo o trabalho desenvolvido pela mesma não padece de qualquer nulidade, nem tão pouco a sua disponibilidade para assumir o cargo e a sua atitude de posteriormente pedir a demissão, possa implicar qualquer sanção de perda de mandato. Referiu que esta é a sua posição, não tem dúvidas quanto a ela e não se sente na obrigação de solicitar tal parecer. Para além disso e reiterando um pouco o que foi transmitido pelo Vereador António Tavares, disse que a Dra. Isabel foi escolhida por se considerar que podia assumir um relevante interesse público, para resolução da situação particularmente difícil do conjunto de empresas municipais, tendo em vista o seu processo de extinção e fusão, porque, curricularmente, é das pessoas mais habilitadas para se pronunciar sobre essa matéria. E por isso foi escolhida por eles e apontada para o lugar, precisamente pelo facto de precisarem de ter dentro do Conselho de Administração da Figueira Domus, alguém que conhecesse profundamente o sector empresarial local. Agradeceu a disponibilidade da Dra. Isabel Figueiredo e lamentou que esta situação esteja a decorrer e que tenha tido este desfecho.----

Referiu ainda que, por uma questão de metodologia, têm uma proposta assumida pelos Vereadores do Partido Social Democrata de que seja solicitado o pedido de esclarecimento, havendo duas posições claras: a do Executivo, de que considera que não há qualquer nulidade e a do Movimento "Figueira 100%" que também acompanha o pedido de esclarecimentos, sendo isso que irão passar a votar.-----

A Câmara, tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos Vereadores do Partido Social Democrata e Movimento "Figueira 100%" e quatro



votos contra do Presidente e dos Vereadores Carlos Monteiro, Isabel Cardoso e António Tavares, aprovar a proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Social Democrata de se pedir parecer à CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), relativamente aos seguintes pontos:-----

1 - Saber se os atos praticados pela Administradora do Conselho de Administração da Figueira Domus são nulos ou anuláveis;-----

2 - Saber se existe lugar à aplicação da sanção prevista no n.º 7, do artigo 16.º do Estatuto do Pessoal Dirigente.-----

4 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

4.1 - DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE PATRIMÓNIO

4.1.1 - PROCESSOS DA DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE PATRIMÓNIO PARA CONHECIMENTO

Relação que constitui o anexo número dois à presente ata, donde constam os processos a seguir mencionados e que foram despachados ao abrigo do n.º 3 do art.º 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e pelas Declarações de Rectificação n.º 4/2002, de 6 de Fevereiro e n.º 9/2002, de 5 de Março, publicadas na I Série do Diário da República e no âmbito das competências delegadas no Presidente da Câmara na reunião de 04 de Novembro de 2009.-----

- Deferidos - 1 (um).-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

4.1.2 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA - INÍCIO DO PROCEDIMENTO AO ABRIGO DOS ACORDOS QUADRO - EXTRA-AGENDA

Foi presente a informação n.º 232, de 13 de dezembro de 2011, da Divisão de Gestão Administrativa e de Património, documento que se dá aqui por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Os serviços propõem que seja desencadeado o procedimento adequado, com vista à celebração de um contrato de prestação de serviços de segurança e vigilância, ao abrigo do Acordo Quadro - AQ VS 2009 - promovido pela Agência Nacional de Compras Públicas, atendendo a que o Município celebrou com a referida Agência um contrato de adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas, na qualidade de entidade compradora voluntária.-----

A Vereadora com competências delegadas, Isabel Cardoso, concordou com a informação dos serviços e propôs, através do despacho exarado em 30 de dezembro de 2011, o início do procedimento, com convite às entidades que integram o Lote



18 do Acordo Quadro, considerando como critério de avaliação das propostas o do "preço mais baixo" e concordando com a designação dos membros para a constituição do júri, conforme foi sugerido pelo Diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, no seu parecer de 20 de Dezembro do ano transato.-----

Foram prestados os esclarecimentos solicitados pelos membros da mesa.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos da informação dos serviços e despacho da Vereadora com competências delegadas de 30 de dezembro último, o seguinte:-----

1 - Autorizar o início do procedimento por ajuste directo, tendo em vista a celebração de um contrato de prestação de serviços de segurança e vigilância ao abrigo do Acordo Quadro promovido pela Agência Nacional de Compras Públicas, nos termos do Título V do Código dos Contratos Públicos (artigos 251.º a 266.º);----

2 - Que o convite seja feito aos co-contratantes que integram o Lote 18 do Acordo Quadro AQ VS 2009 - Serviços combinados de vigilância e segurança humana e de ligação a central e recepção e monitorização de alarmes na Região Centro, designadamente:-----

- 1) - Strong Segurança, SA; 2) - 2045 - Gália - Consórcio ANCP - Serviços de Vigilância; 3) - Grupo 8, Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda; 4) - Securitas, Serviços e Tecnologia de Segurança, SA; 5) - Prosegur, Companhia de Segurança, Lda; 6) - Charon, Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância, SA; 7) - Prestibel, Empresa de Segurança, SA-----

3 - Que o critério de avaliação das propostas seja o do mais baixo preço;-----

4 - A constituição do seguinte júri:-----

Presidente - O Diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro;---

- 1.º Vogal - A Técnica Superior, Ana Maria Caetano Meneses Simões de Almeida;---

- 2.º Vogal - O Coordenador Técnico, Renato Alexandre Fonseca Nunes;-----

- 1.º Suplente - A Técnica Superior - Alexandra Marina Costa e Gomes da Silva;---

- 2.º Suplente - A Técnica Superior - Maria da Conceição Teixeira de Almeida.---

5 - Delegar competência no júri para prestar algum esclarecimento que acaso seja solicitado pelos co-contratantes, nos termos do nº 2 do artigo 69º do CCP (Código dos Contratos Públicos).-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

4.2 - DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTO

4.2.1 - SERVIÇO DE CONTABILIDADE

**4.2.1.1 - PROCESSOS DO SERVIÇO DE CONTABILIDADE PARA CONHECIMENTO**

Relação que constitui o anexo número quatro à presente ata, donde constam os processos a seguir mencionados e que foram despachados ao abrigo do n.º 3 do art.º 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e pelas Declarações de Rectificação n.º 4/2002, de 6 de Fevereiro e n.º 9/2002, de 5 de Março, publicadas na I Série do Diário da República e no âmbito das competências delegadas no Presidente da Câmara na reunião de 04 de Novembro de 2009.-----

- Deferidos - 8 (oito).-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.1.2 - CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO PARA O ANO DE 2012

Foi presente a informação n.º 63/2011, de 22 de dezembro, do Coordenador Técnico do Serviço de Contabilidade, que se transcreve:-----

"Para que os serviços tenham a seu cargo desde o início do ano de 2012 os respectivos Fundos de Maneio, torna-se necessária a autorização da Câmara Municipal para a sua constituição e que a seguir se enumeram, de acordo com os valores atribuídos no ano transacto e solicitação dos detentores dos respectivos fundos:-----

- Director do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro - José Miguel Rosas Felgueiras: 1.200,00 €-----

Material Escritório - Consumos Secretaria ----- 05.03/02.01.08.01--- 100,00 €

Outros Bens - Diversos ----- 05.03/02.01.21.99--- 100,00 €

Publicação de anúncios no DR - Publicidade ----- 05.04/02.02.17----- 1.000,00 €

- Técnica Superior - Dra. Ana Maria Caetano Meneses Simões de Almeida: 750,00 €-----

Aquisição Serviços - Outros Serviços ----- 05.01/02.02.25.99--- 750,00 €

- Director do Departamento Municipal de Projectos, Obras e Serviços Municipais - Eng.º António Carlos Albuquerque de Sousa: 550,00 €-----

Outros Bens - Diversos ----- 07.04/02.01.21.99--- 50,00 €

Publicação de anúncios no DR - Publicidade ----- 07.04/02.02.17----- 500,00 €

- Encarregado do Parque de Máquinas e Viaturas - António Augusto Nunes Rosa: 3.100,00 €-----

Combustíveis e Lubrificantes - Gasolina ----- 07.03/02.01.02.01--- 300,00 €

Transportes (Portagens e Estacionamento de veículos) ---- 07.03/02.02.10----- 200,00 €

Aquisição Bens - Material de transporte - Peças ----- 07.03/02.01.12----- 1.000,00 €

Aquisição Bens - Outro equipamento - Peças ----- 07.03/02.01.14----- 1.000,00 €



Inspecções periódicas -----	07.03/02.02.25.99---	600,00 €
- Gabinete da Presidência - Maria da Graça dos Santos Matos: 1.500,00 € -----		
Material escritório - Consumos secretaria -----	01.02/02.01.08.01---	100,00 €
Outros Bens - Diversos -----	01.02/02.01.21.99---	500,00 €
Aquisição Serviços - Outros Serviços -----	01.02/02.02.25.99---	750,00 €
Jornais e Revistas -----	01.02/02.01.21.99---	150,00 €
- Bombeiros Municipais - Chefe de Bombeiros Municipais - Jorge Humberto Pires Rascão Piedade: 1.900,00 € -----		
Aquisição Bens - Material Transporte - Peças -----	04.03/02.01.12-----	300,00 €
Outros Bens - Diversos -----	04.03/02.01.21.99---	250,00 €
Inspecções periódicas -----	04.03/02.02.25.99---	200,00 €
Refeições -----	04.03/02.02.25.99---	300,00 €
Aquisição de serviços - material de transporte -----	04.03/02.02.03.02---	300,00 €
Reparação/conservação em outros bens -----	04.03/02.01.21.02---	250,00 €
Aquisição de serviços - conservação de outros bens -----	04.03/02.02.03.03---	250,00 €
Aquisição de produtos farmacêuticos -----	04.03/02.01.11-----	50,00 €
- Serviço Municipal de Protecção Civil - Chefe de Bombeiros Municipais - Jorge Humberto Pires Rascão Piedade: 1.150,00 € -----		
Outros Bens - Diversos -----	04.02/02.01.21.99---	150,00 €
Alimentação - Refeições confeccionadas -----	04.02/02.01.05-----	50,00 €
Aquisição de serviços - Refeições -----	04.02/02.01.06-----	50,00 €
Aquisição de bens - Produtos farmacêuticos -----	04.02/02.01.11-----	100,00 €
Aquisição bens - Reparação/conservação de outros bens ----	04.02/02.01.21.02---	400,00 €
Aquisição serviços - Reparação/conservação de outros bens	04.02/02.02.03.03---	400,00 €
- Gabinete Florestal - Técnica Superior - Isabel Margarida Guedes Amaral Cardoso:150,00 €		
Aquisição de Serviços - Conservação/Reparação de bens ---	04.01/02.02.03.03---	150,00 €
- Directora do Departamento Municipal de Assuntos Sociais - Dra. Lucinda Maria Alves Jordão: 450,00 € -----		
Outras Desp.-Outras - Act.Anim.Sócio-Juv.e Educativa-----	08.03/02.01.21.99---	200,00 €
Outras Desp.-Outras-Act.Anim.Sócio-Cult.Rec. e Desportiva	08.03/02.01.21.99---	100,00 €
Outras Desp.-Outras-Act.Anim.Sócio-Cult.Rec. e Desportiva	08.03/02.01.21.99---	100,00 €
Outras Despesas - Escolas -----	08.01/02.01.21.99---	50,00 €
- Divisão de Recursos Humanos - Coordenadora Técnica - Ana Maria Marques dos Santos Ribeiro: 375,00 € -----		
Aquisição de impressos -----	05.02/02.01.08.01---	75,00 €



Publicação de anúncios no DR - Publicidade ----- 05.02/02.02.17----- 300,00 €

- **Divisão Jurídica - Coordenadora Técnica - Maria Regina Osório Amaral Gouveia Cardoso**
Graça: 250,00 € -----

Aquisição de Serviços - Custas judiciais ----- 10/02.02.25.99----- 250,00 €

- **Vereação - Dra. Sílvia Maria Antunes Ferreira: 1.000,00 € -----**

Material de escritório - Consumos de Secretaria ----- 01.02/02.01.08.01--- 50,00 €

Outros bens - Diversos ----- 01.02/02.01.21.99--- 250,00 €

Aquisição de serviços - Outros serviços ----- 01.02/02.02.25.99--- 700,00 €

- **C.A.E. - Centro de Artes e Espectáculos - Teresa Maria Villalobos Filipe Simões de**
Carvalho Monteiro da Silva: 1.200,00 € -----

Outros bens - Reparação e conservação em outros bens ---- 09.04/02.01.21.02--- 150,00 €

Outros bens - Diversos ----- 09.04/02.01.21.99--- 50,00 €

Aquisição serviços - Reparação e/ou conservação de bens - 09.04/02.02.03.03--- 600,00 €

Aquisição de serviços - Outros serviços ----- 09.04/02.02.25.99--- 100,00 €

Outras despesas - Restituições de valores de bilhetes --- 09.04/06.02.03.01 --- 300,00 €"

A Vereadora com competências delegadas, Isabel Cardoso, propôs, ainda, que a renovação dos fundos de maneo apenas seja efectivada quadrimestralmente, a fim de balizar as despesas. -----

A Vereadora Teresa Machado solicitou que a renovação dos fundos seja feita trimestralmente, proposta que mereceu a aprovação de todos. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a constituição de Fundos de
Maneo para 2012, nos termos da Lei e conforme proposto na informação dos
Serviços. -----

Deliberação aprovada em minuta. -----

4.2.1.3 - PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DE DESPESAS PARA O ANO DE **2012**

Foi presente uma proposta subscrita pelo Presidente, que se transcreve:-----

"Nos termos das alíneas b), g) e h), do número 1, do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho que sejam autorizadas as seguintes despesas e respectivos pagamentos para o ano de 2012:-----

Primeiro:-----

a) Ordenados e salários, incluindo os subsídio de férias e de Natal;-----

b) Outras despesas com pessoal;-----

c) Senhas de presença;-----



- d) Rendas de prédios particulares;-----
- e) Juros e amortizações de empréstimos, rendas de contratos de locação financeira e outros encargos financeiros;-----
- f) Pagamentos a diversas entidades através de Operações de Tesouraria;-----
- g) Despesas de contratos e protocolos legalmente celebrados;-----
- h) Despesas efectuadas por conta dos Fundos de Maneio;-----
- i) Despesas de telecomunicações, energia eléctrica, água e combustíveis;-----
- j) Despesas resultantes de encargos diversos, desde que previamente autorizados pela Câmara;-----
- k) Despesas resultantes de portes de correio;-----
- l) Pagamentos no âmbito da Acção Social Escolar e Transportes Escolares.-----

Segundo:-----

Restituição de importâncias indevidamente recebidas.-----

Terceiro:-----

O pagamento dos vencimentos e outras remunerações ao pessoal, efectuar-se-á no dia vinte e três de cada mês ou até dia útil imediato, quando aquela data recair num sábado, domingo ou feriado."-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Presidente de autorização genérica de despesas para 2012.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

4.2.1.4 - RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Foi presente o Resumo diário da tesouraria do dia vinte e nove de dezembro de 2011, tendo-se verificado que apresenta um saldo disponível de 5.313.850,03 € (Cinco milhões, trezentos e treze mil oitocentos e cinquenta euros e três cêntimos).-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

5 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE URBANISMO

5.1 - DIVISÃO DE AMBIENTE

5.1.1 - PROTOCOLOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES - 2011

Foi presente a informação n.º 11911, de 16 de dezembro de 2011, do Departamento Municipal de Urbanismo, através da qual a Divisão de Ambiente vem submeter, para aprovação, o acordo de transferência de competências e meios para as Juntas de Freguesia de Alhadas, Alqueidão, Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova, Lavos, Maiorca, Marinha das Ondas, Moinhos da Gândara, Paião, Quiaios, Santana, São Pedro e Vila



Verde, no âmbito da manutenção e conservação de espaços verdes para o ano de 2011, de acordo com as cláusulas constantes dos treze protocolos, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constituindo o anexo número cinco à presente ata.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os protocolos de acordo de transferência de competências e meios da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia de Alhadas, Alqueidão, Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova, Lavos, Maiorca, Marinha das Ondas, Moinhos da Gândara, Paião, Quiaios, Santana, São Pedro e Vila Verde, no âmbito da manutenção e conservação de espaços verdes para o ano de 2011, cujo investimento se encontra previsto nas Grandes Opções do Plano de 2011 e submeter esta resolução à Assembleia Municipal.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

**5.1.2 - RECLAMAÇÃO DE RUÍDO - BAR DORY NA AVENIDA 12 DE JULHO - GALA
- FREGUESIA DE SÃO PEDRO - PARA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS
ENUNCIADAS NA INFORMAÇÃO TÉCNICA DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011**

Da Divisão de Ambiente do Departamento Municipal de Urbanismo, foi presente a informação n.º 17808, de 05 de dezembro de 2011, dando conta que na sequência de notificação ao representante legal do Bar Dory, sito na Avenida 12 de julho, lugar de Gala, freguesia de São Pedro, veio o mesmo, fora do prazo que lhe havia sido concedido, apresentar a sua exposição/defesa.-----

Os serviços consideram que não deverá ser tida em conta a alegação apresentada, uma vez que os factos apresentados não conduzem a uma decisão diferente da comunicada.-----

Nesse sentido, entendem e propõem que se mantenha a intenção de aplicação das seguintes medidas:-----

- a) Encerramento preventivo do estabelecimento, nos termos do n.º 2, do artigo 27.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro;-----
- b) Concessão de 30 dias para a gerência do Bar Dory apresentar projeto com as medidas corretivas que levem ao cumprimento do referido diploma legal;-----
- c) Levantamento do encerramento preventivo só após a entrega do certificado acústico, indicando o cumprimento do critério de incomodidade na sequência das medidas levadas a cabo para o efeito.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aplicar as medidas enunciadas na informação técnica de 05 de dezembro de 2011, nomeadamente:-----



- a) Encerramento preventivo do estabelecimento Bar Dory, nos termos do n.º 2, do artigo 27.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro; -----
- b) Concessão de 30 dias para a gerência do Bar apresentar projeto com as medidas corretivas que levem ao cumprimento do referido diploma legal; -----
- c) Levantamento do encerramento preventivo só após a entrega do certificado acústico, indicando o cumprimento do critério de incomodidade na sequência das medidas levadas a cabo para o efeito. -----

Deliberação aprovada em minuta. -----

5.1.3 - E' ELECLERC - NOVA FIGUEIRADIS - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, NOS TERMOS DOS N.º 2 E 3 DO ARTIGO 66.º DO REGULAMENTO DE SALUBRIDADE

Foi presente a carta da empresa E'Eleclerc - Nova Figueiradis, de 14 de novembro de 2011, na sequência do pedido de isenção de pagamento de taxas de Resíduos Sólidos Urbanos, pela qual enviam os elementos solicitados pela Câmara Municipal para o efeito. -----

Os serviços informaram que a referida entidade se encontra em condições definidas pela Câmara Municipal para a obtenção de isenção, ao abrigo dos n.ºs 2 e 3, do artigo 66.º, do Regulamento de Salubridade, Higiene, Limpeza e Recolha de Resíduos Sólidos na área do Município, e colocaram o pedido à consideração superior. -----

O Vereador com competências delegadas, António Tavares, em 14 de dezembro último, submeteu o assunto à reunião de Câmara para o efeito proposto. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com a informação dos serviços, isentar a empresa E'Eleclerc - Nova Figueiradis de pagamento de taxas de Resíduos Sólidos Urbanos. -----

Deliberação aprovada em minuta. -----

5.2 - DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

5.2.1 - PROCESSOS DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA PARA CONHECIMENTO

Relação que constitui o anexo número seis à presente ata, donde constam os processos a seguir mencionados e que foram despachados ao abrigo do n.º 3 do art.º 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e pelas Declarações de Rectificação n.º 4/2002, de 6 de Fevereiro e n.º 9/2002, de 5 de Março, publicadas na I Série do Diário da República e no âmbito das competências delegadas no Presidente da Câmara na



reunião de 04 de Novembro de 2009.-----

- Deferidos - 78 (setenta e oito).-----

- Indeferidos - 1 (um).-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

5.2.2 - PROCESSO N.º 45/2004 - ROSA MARIA LOUREIRO CANICEIRO - CASAL NOVO - QUIAIOS - PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA INICIAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º 3 DO ARTIGO 71.º DO RJUE E DEFERIMENTO DE LICENÇA ESPECIAL PARA ACABAMENTOS

Foi presente o processo em epígrafe, do qual consta o requerimento registado sob o n.º 6578/11, de 25 de novembro, com vista à apreciação do pedido de licença especial para conclusão da obra.-----

A Diretora do Departamento Municipal de Urbanismo, em 23 de dezembro de 2011, concordou com a informação prestada pela Divisão de Gestão Urbanística, em 16 do mesmo mês e propôs a declaração de caducidade da licença inicial, nos termos da alínea d), do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, uma vez que o alvará de licença emitido pela Câmara Municipal terminou em 4 de fevereiro de 2008.-----

Propôs, ainda, ao abrigo do n.º 3, do artigo 88º, conjugado com os artigos 27.º e 60.º, do mesmo diploma legal, o deferimento da licença especial para conclusão da obra, pelo período de doze meses.-----

O Vereador António Tavares, em 23 do mesmo mês, despachou o processo à Câmara Municipal para os efeitos propostos.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com a informação técnica contida no processo n.º 45/2004, em nome de Rosa Maria Loureiro Caniceiro, o seguinte:--

1.º - Declarar a caducidade da licença inicial, nos termos da alínea d), do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), uma vez que o alvará de licença emitido pela Câmara Municipal terminou em 4 de fevereiro de 2008;-----

2.º - Deferir o pedido de licença especial para conclusão da obra, pelo período de doze meses, ao abrigo do n.º 3, do artigo 88.º do RJUE (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), conjugado com os artigos 27.º e 60.º, do mesmo diploma legal.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.2.3 - PROCESSO N.º 74/2008 - FOZNETO - CONSTRUÇÕES, LDA -



URBANIZAÇÃO ENCOSTA DO MONDEGO, LOTE CT - FONTELA - VILA VERDE - PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA, NOS TERMOS DO N.º 2, DO ARTIGO 71.º DO RJUE

A Divisão de Gestão Urbanística, em 06 de Dezembro de 2011, informou que o titular do processo n.º 74/2008, Fozneto - Construções, Lda., não requereu a emissão de alvará de construção no prazo de um ano a contar da notificação do ato de autorização, e respectiva prorrogação, conforme disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março (RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), o que, de acordo com o n.º 2, do artigo 71.º deste diploma legal, leva à caducidade da autorização para a realização da operação urbanística.-----

Em sede de audiência prévia, sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a referida caducidade, a requerente não apresentou qualquer argumento tendente a demonstrar a improcedência da causa de caducidade.-----

Face ao exposto, e tendo o Serviço de Fiscalização verificado que a obra não foi iniciada, propuseram os serviços, com a concordância da Diretora do Departamento Municipal de Urbanismo, em 13 de dezembro último, que a Câmara Municipal declare expressamente a caducidade da autorização para a realização da operação urbanística e o consequente arquivamento do processo.-----

O Vereador António Tavares, em 23 do mesmo mês, despachou o processo à Câmara Municipal para decisão.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo do n.º 2, do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, na sua redacção actual, declarar a caducidade da autorização para a realização da operação urbanística e o consequente arquivamento do processo n.º 74/2008, em nome de Fozneto - Construções, Lda., com fundamento no facto de não ter requerido a emissão de alvará de construção no prazo de um ano a contar da notificação da autorização, e respectiva prorrogação, conforme disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março (RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação).-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.2.4 - PROCESSO N.º 523/2004 - CÉSAR LUÍS RODRIGUES BOLIQUEIME -



ARNAL - ALHADADAS - PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO ATO QUE APROVOU O PROJECTO DE ARQUITECTURA E CONSEQUENTE ARQUIVAMENTO DO MESMO, NOS TERMOS DO N.º 6, DO ARTIGO 20.º, DO RJUE

A Divisão de Gestão Urbanística, em 09 de Dezembro de 2011, informou que o titular do processo n.º 523/2004, César Luís Rodrigues Boliqueime, não apresentou todos os projetos de especialidades e pareceres necessários das entidades exteriores ao município no prazo fixado para o efeito, de seis meses, nos termos do disposto no n.º 6, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março (RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), o que leva à caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura e consequente arquivamento do processo de licenciamento.-----

Em sede de audiência prévia, sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a referida caducidade, de acordo com o previsto no n.º 1, do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, o requerente não apresentou qualquer argumento tendente a demonstrar a improcedência da causa de caducidade.-----

Face ao exposto, e tendo o Serviço de Fiscalização verificado que a obra não foi executada, propuseram os serviços, com a concordância da Diretora do Departamento Municipal de Urbanismo, em 13 de dezembro último, que a Câmara Municipal declare expressamente a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura e consequente arquivamento do processo de licenciamento.-----

O Vereador António Tavares, em 23 do mesmo mês, despachou o processo à Câmara Municipal para o efeito proposto.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo do n.º 6, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março (RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura e consequente arquivamento do processo de licenciamento n.º 523/2004, em nome de César Luís Rodrigues Boliqueime, com fundamento no facto de não ter apresentado todos os projetos de especialidades e pareceres necessários das entidades exteriores ao município no prazo fixado para o efeito, de seis meses.-----



Deliberação aprovada em minuta. -----

5.2.5 - PROCESSO N.º 310/2005 - RAMIRO CLARO DA SILVA E ARMANDO DA CONCEIÇÃO CARVALHEIRO - RUA PRINCIPAL - CALVETE - ALQUEIDÃO - PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA, NOS TERMOS DAS ALINEAS A) E D), DO N.º 3, DO ARTIGO 71.º DO RJUE

A Divisão de Gestão Urbanística, em 09 de dezembro de 2011, informou que os titulares do processo n.º 310/2005, Ramiro Claro da Silva e Armando da Conceição Carvalheiro, não iniciaram as obras no prazo de nove meses contado a partir da data de emissão do alvará n.º 165/2006, de 03 de abril, nem as concluíram no prazo fixado na licença, o que, de acordo com o previsto nas alíneas a) e d), do n.º 3, do artigo 71.º do (RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), significa a caducidade da licença para a realização da operação urbanística.----

Em sede de audiência prévia, sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a referida caducidade, os requerentes não apresentaram qualquer argumento tendente a demonstrar a improcedência da causa de caducidade.-----

Face ao exposto, e tendo o Serviço de Fiscalização verificado que a obra não foi iniciada, propuseram os serviços, com a concordância da Diretora do Departamento Municipal de Urbanismo, em 13 de dezembro último, que a Câmara Municipal declare expressamente a caducidade da licença de obras de construção e o consequente arquivamento do processo.-----

O Vereador António Tavares, em 23 do mesmo mês, despachou o processo à Câmara Municipal para decisão.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo das alíneas a) e d) do n.º 3 e n.º 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, na sua redacção actual, declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística e o consequente arquivamento do processo n.º 310/2005, em nome de Ramiro Claro da Silva e Armando da Conceição Carvalheiro, com fundamento no facto de não ter iniciado as obras no prazo de nove meses contado a partir da data de emissão do alvará n.º 165/2006, de 03 de abril, nem as ter concluído no prazo fixado na licença.-----

Deliberação aprovada em minuta. -----

5.2.6 - PROCESSO N.º 67/2008 - FOZNETO - CONSTRUÇÕES, LDA. - URBANIZAÇÃO ENCOSTA DO MONDEGO, LOTE DD - FONTELA - VILA VERDE - PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA AUTORIZAÇÃO



**PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA, NOS TERMOS DO
N.º 2, DO ARTIGO 71.º DO RJUE**

A Divisão de Gestão Urbanística, em 07 de dezembro de 2011, informou que o titular do processo n.º 67/2008, Fozneto - Construções, Lda., não requereu a emissão de alvará de construção no prazo de um ano a contar da notificação do ato de autorização, e respectiva prorrogação, conforme disposto nos n.ºs 1 e 2, do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março (RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), o que, de acordo com o n.º 2, do artigo 71.º deste diploma legal, leva à caducidade da autorização para a realização da operação urbanística.-----

Em sede de audiência prévia, sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a referida caducidade, a requerente não apresentou qualquer argumento tendente a demonstrar a improcedência da causa de caducidade.-----

Face ao exposto, e tendo o Serviço de Fiscalização verificado que a obra não foi iniciada, propuseram os serviços, com a concordância da Diretora do Departamento Municipal de Urbanismo, em 13 de dezembro último, que a Câmara Municipal declare expressamente a caducidade da autorização para a realização da operação urbanística e o consequente arquivamento do processo.-----

O Vereador António Tavares, em 23 do mesmo mês, despachou o processo à Câmara Municipal para decisão.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo do n.º 2, do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, na sua redacção actual, declarar a caducidade da autorização para a realização da operação urbanística e o consequente arquivamento do processo n.º 67/2008, em nome de Fozneto - Construções, Lda., com fundamento no facto de não ter requerido a emissão de alvará de construção no prazo de um ano a contar da notificação da autorização, e respectiva prorrogação, conforme disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março (RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação).-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

**5.2.7 - PROCESSO N.º 85/2008 - JOSÉ CARLOS DA SILVA - URBANIZAÇÃO
ENCOSTA DO MONDEGO, LOTE CX - FONTELA - VILA VERDE - PROPOSTA
DE DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO**



**DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA, NOS TERMOS DO N.º 2, DO ARTIGO 71.º
DO RJUE**

A Divisão de Gestão Urbanística, em 09 de dezembro de 2011, informou que o titular do processo n.º 85/2008, José Carlos da Silva, não requereu a emissão de alvará de construção no prazo de um ano a contar da notificação do ato de autorização, e respectiva prorrogação, conforme disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março (RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), o que, de acordo com o n.º 2, do artigo 71.º deste diploma legal, leva à caducidade da autorização para a realização da operação urbanística.-----

Em sede de audiência prévia, sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a referida caducidade, a requerente não apresentou qualquer argumento tendente a demonstrar a improcedência da causa de caducidade.-----

Face ao exposto, e tendo o Serviço de Fiscalização verificado que a obra não foi iniciada, propuseram os serviços, com a concordância da Diretora do Departamento Municipal de Urbanismo, em 13 de dezembro último, que a Câmara Municipal declare expressamente a caducidade da autorização para a realização da operação urbanística e o consequente arquivamento do processo.-----

O Vereador António Tavares, em 23 do mesmo mês, despachou o processo à Câmara Municipal para decisão.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo do n.º 2, do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, na sua redacção actual, declarar a caducidade da autorização para a realização da operação urbanística e o consequente arquivamento do processo n.º 85/2008, em nome de José Carlos da Silva, com fundamento no facto de não ter requerido a emissão de alvará de construção no prazo de um ano a contar da notificação da autorização, e respectiva prorrogação, conforme disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março (RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação).-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

**5.2.8 - PROCESSO N.º 81/2008 - FOZNETO - CONSTRUÇÕES, LDA. -
URBANIZAÇÃO ENCOSTA DO MONDEGO, LOTE DE - FONTELA - VILA
VERDE - PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA AUTORIZAÇÃO**



**PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA, NOS TERMOS DO
N.º 2, DO ARTIGO 71.º DO RJUE**

A Divisão de Gestão Urbanística, em 07 de dezembro de 2011, informou que o titular do processo n.º 81/2008, Fozneto - Construções, Lda., não requereu a emissão de alvará de construção no prazo de um ano a contar da notificação do ato de autorização, e respetiva prorrogação, conforme disposto nos n.ºs 1 e 2, do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março (RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), o que, de acordo com o n.º 2, do artigo 71.º deste diploma legal, leva à caducidade da autorização para a realização da operação urbanística.-----

Em sede de audiência prévia, sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a referida caducidade, a requerente não apresentou qualquer argumento tendente a demonstrar a improcedência da causa de caducidade.-----

Face ao exposto, e tendo o Serviço de Fiscalização verificado que a obra não foi iniciada, propuseram os serviços, com a concordância da Diretora do Departamento Municipal de Urbanismo, em 13 de dezembro último, que a Câmara Municipal declare expressamente a caducidade da autorização para a realização da operação urbanística e o consequente arquivamento do processo.-----

O Vereador António Tavares, em 23 do mesmo mês, despachou o processo à Câmara Municipal para decisão.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo do n.º 2, do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, na sua redacção actual, declarar a caducidade da autorização para a realização da operação urbanística e o consequente arquivamento do processo n.º 81/2008, em nome de Fozneto - Construções, Lda., com fundamento no facto de não ter requerido a emissão de alvará de construção no prazo de um ano a contar da notificação da autorização, e respetiva prorrogação, conforme disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março (RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação).-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

**5.2.9 - PROCESSO N.º 79/2008 - FOZNETO - CONSTRUÇÕES, LDA. -
URBANIZAÇÃO ENCOSTA DO MONDEGO, LOTE DF, FONTELA - VILA VERDE
- PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA A**



**REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA, NOS TERMOS DO N.º 2, DO
ARTIGO 71.º DO RJUE**

A Divisão de Gestão Urbanística, em 06 de dezembro de 2011, informou que o titular do processo n.º 79/2008, Fozneto - Construções, Lda., não requereu a emissão de alvará de construção no prazo de um ano a contar da notificação do ato de autorização, e respetiva prorrogação, conforme disposto nos n.ºs 1 e 2, do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março (RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), o que, de acordo com o n.º 2, do artigo 71.º deste diploma legal, leva à caducidade da autorização para a realização da operação urbanística.-----

Em sede de audiência prévia, sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a referida caducidade, a requerente não apresentou qualquer argumento tendente a demonstrar a improcedência da causa de caducidade.-----

Face ao exposto, e tendo o Serviço de Fiscalização verificado que a obra não foi iniciada, propuseram os serviços, com a concordância da Diretora do Departamento Municipal de Urbanismo, em 13 de dezembro último, que a Câmara Municipal declare expressamente a caducidade da autorização para a realização da operação urbanística e o consequente arquivamento do processo.-----

O Vereador António Tavares, em 23 do mesmo mês, despachou o processo à Câmara Municipal para decisão.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo do n.º 2, do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, na sua redação atual, declarar a caducidade da autorização para a realização da operação urbanística e o consequente arquivamento do processo n.º 79/2008, em nome de Fozneto - Construções, Lda., com fundamento no facto de não ter requerido a emissão de alvará de construção no prazo de um ano a contar da notificação da autorização, e respectiva prorrogação, conforme disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março (RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação).-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

**5.2.10 - PROCESSO N.º 68/2008 - FOZNETO - CONSTRUÇÕES, LDA. -
URBANIZAÇÃO ENCOSTA DO MONDEGO, LOTE CU - FONTELA - VILA
VERDE - PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA AUTORIZAÇÃO**



**PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA, NOS TERMOS DO
N.º 2, DO ARTIGO 71.º DO RJUE**

A Divisão de Gestão Urbanística, em 06 de dezembro de 2011, informou que o titular do processo n.º 68/2008, Fozneto - Construções, Lda., não requereu a emissão de alvará de construção no prazo de um ano a contar da notificação do ato de autorização, e respetiva prorrogação, conforme disposto nos n.ºs 1 e 2, do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março (RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), o que, de acordo com o n.º 2, do artigo 71.º deste diploma legal, leva à caducidade da autorização para a realização da operação urbanística.-----

Em sede de audiência prévia, sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a referida caducidade, a requerente não apresentou qualquer argumento tendente a demonstrar a improcedência da causa de caducidade.-----

Face ao exposto, e tendo o Serviço de Fiscalização verificado que a obra não foi iniciada, propuseram os serviços, com a concordância da Diretora do Departamento Municipal de Urbanismo, em 13 de dezembro último, que a Câmara Municipal declare expressamente a caducidade da autorização para a realização da operação urbanística e o consequente arquivamento do processo.-----

O Vereador António Tavares, em 23 do mesmo mês, despachou o processo à Câmara Municipal para decisão.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo do n.º 2, do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, na sua redacção atual, declarar a caducidade da autorização para a realização da operação urbanística e o consequente arquivamento do processo n.º 68/2008, em nome de Fozneto - Construções, Lda., com fundamento no fato de não ter requerido a emissão de alvará de construção no prazo de um ano a contar da notificação da autorização, e respectiva prorrogação, conforme disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março (RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação).-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

**5.2.11 - PROCESSO N.º 63/2008 - FOZNETO - CONSTRUÇÕES, LDA. -
URBANIZAÇÃO ENCOSTA DO MONDEGO, LOTE DG - FONTELA - VILA
VERDE - PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA AUTORIZAÇÃO**



**PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA, NOS TERMOS DO
N.º 2, DO ARTIGO 71.º DO RJUE**

A Divisão de Gestão Urbanística, em 06 de dezembro de 2011, informou que o titular do processo n.º 63/2008, Fozneto - Construções, Lda., não requereu a emissão de alvará de construção no prazo de um ano a contar da notificação do ato de autorização, e respetiva prorrogação, conforme disposto nos n.ºs 1 e 2, do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março (RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), o que, de acordo com o n.º 2, do artigo 71.º deste diploma legal, leva à caducidade da autorização para a realização da operação urbanística.-----

Em sede de audiência prévia, sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a referida caducidade, a requerente não apresentou qualquer argumento tendente a demonstrar a improcedência da causa de caducidade.-----

Face ao exposto, e tendo o Serviço de Fiscalização verificado que a obra não foi iniciada, propuseram os serviços, com a concordância da Diretora do Departamento Municipal de Urbanismo, em 13 de dezembro último, que a Câmara Municipal declare expressamente a caducidade da autorização para a realização da operação urbanística e o consequente arquivamento do processo.-----

O Vereador António Tavares, em 23 do mesmo mês, despachou o processo à Câmara Municipal para decisão.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo do n.º 2, do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, na sua redação atual, declarar a caducidade da autorização para a realização da operação urbanística e o consequente arquivamento do processo n.º 63/2008, em nome de Fozneto - Construções, Lda., com fundamento no facto de não ter requerido a emissão de alvará de construção no prazo de um ano a contar da notificação da autorização, e respetiva prorrogação, conforme disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março (RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação).-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

**5.2.12 - PROCESSO N.º 614/2004 - MARIA MANUELA VENTURA ALCAIDE LOPES -
JUNQUEIRA DE CIMA - ALHADAS - PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE
CADUCIDADE DA LICENÇA PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO**



**URBANÍSTICA, NOS TERMOS DAS ALÍNEAS A) E D), DO N.º 3, DO
ARTIGO 71.º DO RJUE**

A Divisão de Gestão Urbanística, em 03 de agosto de 2011, informou que a titular do processo n.º 614/2004, Maria Manuela Ventura Alcaide Lopes, não iniciou as obras no prazo de nove meses, contado a partir da data de emissão do alvará n.º 128/2007, de 24 de maio, nem as concluiu no prazo fixado na licença, o que, de acordo com o previsto nas alíneas a) e d), do n.º 3, do artigo 71.º do RJUE (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), significa a caducidade da licença para a realização da operação urbanística.-----

Em sede de audiência prévia, sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a referida caducidade, a requerente não apresentou qualquer argumento tendente a demonstrar a improcedência da causa de caducidade.-----

Face ao exposto, e tendo o Serviço de Fiscalização verificado que a obra não foi iniciada, propuseram os serviços, com a concordância da Diretora do Departamento Municipal de Urbanismo, em 13 de dezembro último, que a Câmara Municipal declare expressamente a caducidade da licença para a realização da operação urbanística e o consequente arquivamento do processo.-----

O Vereador António Tavares, em 23 do mesmo mês, despachou o processo à Câmara Municipal para decisão.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo das alíneas a) e d) do n.º 3 e n.º 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, na sua redação atual, declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística e o consequente arquivamento do processo n.º 614/2004, em nome de Maria Manuela Ventura Alcaide Lopes, com fundamento no facto de não ter iniciado as obras no prazo de nove meses contado a partir da data de emissão do alvará n.º 128/2007, de 24 de maio, nem as ter concluído no prazo fixado na licença.-----

***Deliberação aprovada em minuta.*-----**

**5.2.13 - PROCESSO N.º 681/2002 - PARQUES DO MONDEGO IMOBILIÁRIA, S.A.
- ZONA DO MATADOURO - SÃO JULIÃO - PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE
CADUCIDADE FINAL DO PROCESSO E CONSEQUENTE ARQUIVO, NOS
TERMOS DO ARTIGO 71.º DO RJUE**

A Divisão de Gestão Urbanística, em 18 de novembro de 2011, informou que o titular do processo n.º 681/2002, Parques do Mondego Imobiliária, S.A., não requereu a emissão de alvará de construção dentro do prazo que excecionalmente lhe havia sido prorrogado.-----



O requerente nada mais acrescentou ao processo e em sede de audiência prévia, sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a referida caducidade, solicitou a aplicabilidade do regime excecional de extensão do prazo, ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 3.º do RJUE (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação).-----

Os serviços concluíram pela deserção do procedimento, conforme previsto no artigo 111.º do Código, não se podendo, deste modo, aplicar a extensão do prazo para o requerente apresentar o pedido de emissão de alvará de construção.-----

Face ao exposto, a Diretora do Departamento Municipal de Urbanismo, em 23 de dezembro último, em concordância com a informação dos serviços, propôs a declaração de caducidade final do processo e consequentemente o arquivamento do mesmo.-----

O Vereador António Tavares, em 23 do mesmo mês, despachou o processo à Câmara Municipal para decisão.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, na sua redação atual, declarar a caducidade final do processo n.º 681/2002, em nome de Parques do Mondego Imobiliária, S.A. e consequentemente o arquivamento do mesmo, com fundamento no facto de não ter requerido a emissão de alvará de construção dentro do prazo que excepcionalmente lhe havia sido prorrogado, o que levou à deserção do procedimento, conforme previsto no artigo 111.º do CPA (Código do Procedimento Administrativo).-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

**6 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PROJECTOS, OBRAS E SERVIÇOS
MUNICIPAIS**

6.2 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

**6.2.1 - ÁGUAS DA FIGUEIRA, S.A. - PLANO ANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O
ANO DE 2012**

Foi presente uma carta das Águas da Figueira, com o n.º 9831, datada de 12 de dezembro de 2011, para análise e aprovação do Plano Anual de Investimentos para 2012, que surge na sequência do processo de Renegociação do Contrato de Concessão em curso, em que o valor total do investimento previsto para o Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais Domésticas, designadamente na Renovação/Ampliação de Redes de Abastecimento de Água e de Redes de Drenagem de Águas Residuais será de 59.595,49 € (cinquenta e nove mil quinhentos e noventa e cinco euros e quarenta e nove cêntimos).-----

O Presidente a 21 de dezembro último, remeteu o processo à reunião de Câmara



para aprovação.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano Anual de Investimentos para o ano de dois mil e doze, da empresa Águas da Figueira, S.A..-----

6.2.2 - MERCADO ENGENHEIRO SILVA - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO PARA A SEMANA DE NATAL - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Foi presente requerimento apresentado pelo Encarregado dos Mercados, registado sob o n.º 20779, em 16 de dezembro de 2011, solicitando autorização para a prática de um horário diferente durante a época natalícia, face à maior afluência de utentes, nomeadamente, com o seu encerramento nos dias 19 a 23, até às 18:00 horas e no dia 24, até às 16:00 horas.-----

Os serviços informaram em 19 de dezembro último, que era possível permitir o fecho do Mercado Engenheiro Silva, no horário proposto, sem recurso a horas extraordinárias.-----

O pedido foi deferido pelo Presidente, na mesma data, sendo o processo encaminhado para ratificação da Câmara.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido pelo Presidente a 19 de dezembro de 2011, que autorizou o funcionamento do Mercado Municipal Eng.º Silva nos dias 19 a 23 de Dezembro até às 18:00 horas e no dia 24 do mesmo mês até às 16:00 horas.-----

6.3 - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO ÀS OBRAS MUNICIPAIS

6.3.1 - PROCESSOS DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO ÀS OBRAS MUNICIPAIS PARA CONHECIMENTO

Relação que constitui o anexo número sete à presente ata, donde constam os processos a seguir mencionados e que foram despachados ao abrigo do n.º 3 do art.º 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e pelas Declarações de Rectificação n.º 4/2002, de 6 de Fevereiro e n.º 9/2002, de 5 de Março, publicadas na I Série do Diário da República e no âmbito das competências delegadas no Presidente da Câmara na reunião de 04 de Novembro de 2009.-----

- Deferidos - 1 (um).-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

6.3.2 - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE BUARCOS - MONTAGEM DE PALCO NO JARDIM DE INFÂNCIA DE BUARCOS - APOIO LOGÍSTICO PARA MONTAGEM DE PALCO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Foi presente o requerimento, registado sob o n.º 20858, em 19 de dezembro de



2011, do Agrupamento de Escolas de Buarcos, a solicitar a colaboração da Câmara Municipal para a colocação de um palco no salão polivalente do Jardim de Infância de Buarcos, no dia 12 de dezembro, para a realização da Festa de Natal do referido estabelecimento.-----

Os Serviços de Apoio Administrativo às Obras Municipais, informaram o pedido, concluindo que o apoio logístico para a montagem do palco seria no valor de 179,85 € (cento e setenta e nove euros e oitenta e cinco cêntimos).-----

O Presidente, a 27 de dezembro de 2011, submeteu o processo à Câmara para ratificar o despacho do Vice-Presidente, datado de 02 de dezembro, pelo qual autorizou o pedido efetuado pelo Agrupamento de Escolas de Buarcos.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Vice-Presidente exarado em 02 de Dezembro de 2011, que autorizou o apoio logístico solicitado por parte do Agrupamento de Escolas de Buarcos.-----

7 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSUNTOS SOCIAIS

7.1 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

7.1.1 - CONTRATO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇOS ENTRE O MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ E O CENTRO PAROQUIAL DE S. MARTINHO - TAVAREDE (PARA FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º CEB - EB1 TAVAREDE)

Pela Divisão de Educação, Ação Social e Saúde foi presente a informação da Divisão Jurídica e Contratação Pública registada com n.º 19119/2011 - SGD, de 20 de dezembro, que mereceu a concordância da Chefe de Divisão em 21 de dezembro de 2011, informando que em conformidade com o solicitado pelo Vice-presidente, do ponto de vista legal, não existe nenhum impedimento para a celebração do contrato de cedência de espaços entre o Município da Figueira da Foz e o Centro Paroquial de São Martinho - Tavarede, para funcionamento do programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no primeiro CEB - EB1, Tavarede.-----

Para o referido efeito, a Divisão Jurídica e de Contratação Pública propôs o seguinte:-----

1 - A introdução de uma cláusula que passará a constar como "Cláusula primeira", com o seguinte teor: *"O Segundo Outorgante é dono e legítimo proprietário das instalações do Centro Social Paroquial São Martinho de Tavarede, sito em, freguesia de Tavarede, deste município"*. Esta alteração tem a ver com o facto do espaço cedido ter de estar devidamente identificado.-----

2 - A introdução de outra cláusula que constará como "Cláusula segunda" e que



passará a ter a seguinte redacção: *"O presente contrato tem como objeto a utilização precária do espaço, identificado na cláusula anterior por parte do segundo outorgante, para utilização do primeiro outorgante, mediante o pagamento referido na cláusula seguinte"*. Esta alteração tem a ver com o facto de num contrato ter sempre que constar um objecto.-----

3 - A actual clausula primeira, passará a constar como terceira, a actual segunda como quarta, a terceira como quinta e a quarta como sexta, sendo que esta ultima deverá ter a seguinte redacção: *"O presente contrato vigorará durante cada ano lectivo, a partir da sua assinatura e a após aprovação em sede de Reunião de Câmara, renovável anualmente até a um limite de três anos se nenhuma das partes o denunciar, com pelo menos trinta dias de antecedência, relativamente à data pretendida para a cessação da utilização das instalações"*. - Todas as partes outorgantes aceitam o presente contrato nos seus termos e seus precisos termos, dele sendo elaborados dois originais, destinando-se um a cada um dos Outorgantes.-----

Referiu, por fim, que com esta alteração se pretende clarificar o facto de nas férias escolares o espaço não ser utilizado, uma vez que se o mesmo vigorasse nos termos propostos na minuta, ou seja 12 meses, a Câmara estaria a obrigar-se a pagar pelo menos o montante de cento e cinquenta euros, nos meses de julho, agosto e setembro pela utilização do espaço.-----

O Vereador com competências delegadas, Carlos Monteiro, em 27 de dezembro último, submeteu o assunto à apreciação da Câmara para decisão.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com a informação dos serviços, aprovar a celebração do Contrato de Cedência de Espaços entre o Município da Figueira da Foz e o Centro Social e Paroquial São Martinho de Tavarede, para a utilização a título precário das instalações deste centro, para funcionamento do programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no primeiro CEB - EB1, Tavarede.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

8 - DIVISÃO DE CULTURA

8.1 - CULTURA

8.1.1 - PROPOSTA PARA ALTERAÇÃO DE PREÇOS DAS PUBLICAÇÕES DO ARQUIVO FOTOGRAFICO MUNICIPAL (CATÁLOGOS DE FOTOGRAFIA)

Pela Divisão de Cultura, foi presente a informação n.º 443, datada de 15 de dezembro de 2011, informando que na sequência dos quatro concursos de fotografia



promovidos pelo Arquivo Fotográfico Municipal entre 2000 e 2008, foram editados pelo Município da Figueira da Foz os catálogos de fotografias resultantes dessas iniciativas, encontrando-se os mesmos à venda a preços diferentes.-----

Depois de analisados vários aspectos referentes ao preço de custo; número de exemplares disponíveis; relação custo/venda, a Divisão de Cultura propôs a alteração do preço das três publicações discriminadas na informação, para 12 euros a unidade, por forma a uniformizar o seu valor, já que se trata de uma coleção, e assim promover a sua aquisição pelo público em geral.-----

O Vereador com competências delegadas, António Tavares, em 21 de dezembro último, submeteu o assunto à apreciação da Câmara para decisão.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com a informação dos serviços, autorizar a alteração do preço de venda das publicações promovidas pelo Arquivo Fotográfico Municipal, para a quantia de doze euros a unidade.-----

9 - DIVISÃO JURÍDICA E DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

9.1 - SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA

9.1.1 - PROCESSO DISCIPLINAR - APLICAÇÃO DE PENA

O Presidente propôs a retirada do processo para uma melhor apreciação.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar o processo da agenda de trabalhos.-

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente declarada encerrada a reunião eram doze horas e cinquenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Câmara Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----